

# SESSÕES DO PLENÁRIO

**21ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 06 de outubro de 2009.**

**PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO**

À hora marcada verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Carlos Ubaldino, Cleide Vieira, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza Laudano, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, reabro os trabalhos desta sessão extraordinária, convocada anteriormente com o objetivo de votar os projetos... o requerimento de urgência.

Não há Pequeno nem Grande Expedientes.

Há um requerimento, assinado por mais de 21 Srs. Deputados, nos seguintes termos: (lê) “Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: requerimento de urgência nº 6.950/2009, para o projeto de lei nº 18.292/2009 e o projeto de resolução nº 1.984/2009”.

Horário das Representações Partidárias.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, solicito uma verificação de quórum para a continuidade desta sessão, que consideramos irregular e ilegal.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como é, deputado? Irregular e ilegal?! Deputado, V.Ex<sup>a</sup> poderia explicar por que é irregular e ilegal?

O Sr. Paulo Azi:- Daqui a pouco eu explico.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, tendo em vista a iniciativa do deputado Paulo Azi de requerer uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, convoco, na condição de Líder do governo, todos os parlamentares da Bancada governista para se deslocarem imediatamente até o Plenário desta Casa Legislativa.

É importante destacar que o presidente Marcelo Nilo já reiniciou os trabalhos desta Casa Legislativa, por isso, convido todos os parlamentares da nossa Bancada que se encontram nos seus gabinetes, no restaurante, no cafezinho e nas demais dependências deste Parlamento a retornarem, imediatamente, ao Plenário, pois há uma solicitação de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Como todos já foram informados, pretendemos apreciar, votar e aprovar, ainda nesta noite, duas importantes matérias, sendo uma delas um projeto de resolução, de iniciativa da nossa Bancada governista, que altera o Regimento da Casa, e a outra um projeto de iniciativa da mesa Diretora que propõe a alteração do subteto salarial do Estado, assunto que interessa a servidores de diferentes secretarias, especialmente os auditores e os agentes de tributos da Fazenda.

Portanto, é urgente e imprescindível que os parlamentares da nossa Bancada possam se deslocar até o Plenário desta Casa Legislativa, pois há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão formulado pelo deputado opositor Paulo Azi de solicitar uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Portanto, Srs. Deputados e Sr<sup>as</sup> Deputadas da nossa Bancada, convidamos todos a se deslocarem até o Plenário desta Casa Legislativa, por gentileza, tendo em vista que há uma solicitação de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

É importante destacar que, por nossa iniciativa, a sessão foi suspensa por um longo período, na expectativa de buscarmos um entendimento, a conciliação através do diálogo franco que nos permitisse chegar a um entendimento a respeito do projeto de resolução que está sendo apreciado hoje, à noite, projeto este do qual já foi anteriormente aprovado o regime de urgência. O requerimento de urgência foi aprovado por esta Casa Legislativa, que coloca esse projeto de resolução na Ordem do Dia, com a possibilidade concreta de apreciação e votação.

Por isso, Sr. Presidente, também solicito de V.Ex<sup>a</sup> que nos ajude, fazendo soar as campainhas, convocando e convidando os Srs. Parlamentares a se deslocarem até o

Plenário, tendo em vista a iniciativa do deputado Paulo Azi.

E solicito a V.Ex<sup>a</sup> que, se for necessário, Sr. Presidente, além da chamada dos presentes, também faça a dos ausentes.

Esta é a nossa questão de ordem, e agradeço a V.Ex<sup>a</sup> pela tolerância.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados que estão no restaurante, na sala do cafezinho, no Salão Nobre e em outros recintos da Casa, há uma solicitação de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão solicitada pelos deputados Paulo Azi e Waldenor Pereira.

(O Sr. Presidente inicia a chamada nominal dos Srs. Deputados. Nesse momento, o deputado Gaban aproxima-se da Mesa e fala sobre a permanência dos 15 minutos.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se for para permanecer os 15 minutos, será em definitivo. Fica em definitivo?

Colocarei em votação para a decisão do Plenário.

Os Srs. Deputados que aprovam que sejam determinados 15 minutos no painel para a continuidade da sessão e 25 para a votação permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade. Portanto, a partir de agora é definitivo.

Muito obrigado, deputados Gaban e Paulo Azi.

Por acordo e por unanimidade. Por isso falei em unanimidade.

Por favor, solicito que o painel seja zerado e que sejam marcados os 15 minutos.

Os Srs. Deputados que desejam a continuidade da sessão marquem suas presenças.

O Sr. Gaban:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, caro Líder Waldenor, pediram que eu fizesse essa questão de ordem até em respeito aos funcionários da Secretaria da Fazenda que estão aqui. Foi proposto, e não aceitaram a votação na data e nesta noite de hoje, o seguinte texto:

(Lê) *“Dispõe sobre o subsídio do Governador, Vice-Governador, Secretários de Estado, e dá outras providências.*

*A Assembleia Legislativa decreta:*

*Art. 1º - Os valores dos subsídios do Governador, Vice-Governador e dos Secretários de Estado são os já fixados para o atual exercício financeiro, observadas as disposições contidas no art. 71, VIII da Constituição Estadual.*

*Art. 2º - Fica estabelecido no âmbito do Poder Executivo Estadual R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais) como valor de referência para os fins previstos no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, considerando o disposto no § 12 do mesmo artigo, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005.*

*Art. 3º - As despesas com a execução dessa lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo.*

*Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 01 de agosto de 2009”.*

Esse foi o entendimento que tivemos, nos submetemos, só não está sendo votado na noite de hoje e não será votado por falta de boa vontade da Maioria nesta Casa.

Então fica aqui o registro até porque o entendimento é que o salário do governador este ano...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. Gaban:- (...) não poderia – concluindo, Sr. Presidente -, mas é mais um atendimento ao pessoal da Secretaria da Fazenda que aqui se encontra, até porque o entendimento é que o salário do governador só pode ser reajustado uma vez por ano, já o foi neste ano. Por isso que concordamos em criar esse valor de referência para não prejudicar não só os fazendários bem como outras categorias que têm o seu salário limitado. Então não está sendo votado porque o Líder do governo não aquiesceu e não concordou.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder do PSB para falar ou indicar o orador. (Pausa) Não há orador.

Com a palavra o Líder da Minoria ou do PTN, meu amigo deputado João Carlos Bacelar, para falar ou indicar o orador.

O Sr. Heraldo Rocha:- Deputado João Carlos Bacelar, V.Ex<sup>a</sup> vai usar o tempo? Seria uma honra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 10 minutos.

**O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, vive a Bahia agora as agruras de ter um governo medíocre e um governo que mente, um governo que vive das aparências e que vive da milionária campanha nos meios de comunicação. Citarei hoje aqui duas mentiras desse governo, a primeira na área de educação. O governador que nomeou o secretário que ele mesmo reconhece, o Adeum Sauer, incompetente, o pior secretário da Educação que a Bahia já teve. O secretário da Educação que não construiu uma unidade escolar. A Oposição aqui sempre denunciou, mas foi o governador Wagner quem reconheceu publicamente ao se livrar de um incompetente que infelicitou todo o processo educacional na Bahia.

O governador foi refém de uma ala do PT durante dois anos e meio. Preferiu, deputado Heraldo Rocha, atender aos interesses politiquieiros de uma ala do PT a cuidar da Educação na Bahia. Mas a situação, deputado Luiz de Deus, chegou a tal ponto que o governador teve a coragem de contrariar os interesses dessa ala petista. O caos e a mentira na Educação continuam.

Esse tal “*Topa*”, programa de alfabetização de jovens e de adultos é uma questão que merece uma CPI nesta Casa. O governador mente, a equipe de governo mente quando se refere aos dados do *Topa*. Não há, deputado Luiz de Deus, em Salvador uma classe sequer desse programa funcionando. É tudo mentira, deputado

Clóvis Ferraz. Se esta Casa se respeitasse, se não fosse o anexo do Palácio de Ondina, já teria ido investigar esse verdadeiro duto de remuneração de cabos eleitorais do Partido dos Trabalhadores. O tal *Topa* só serve para contratar cabos eleitorais do PT, transferir o dinheiro do povo, transferir o dinheiro público para militantes de um Partido político.

Todos os dados, e mostrarei aqui na próxima semana, que o governo anuncia sobre o Topa são mentirosos, como é mentirosa a afirmação de que a Bahia vive um governo republicano, de que as práticas políticas da Bahia foram mudadas e de que temos hoje Poderes independentes. O Judiciário baiano merece uma análise isolada, Judiciário famoso pelas interferências de determinados deputados no seu dia a dia.

Quero hoje aqui referir-me ao Legislativo. Perpetra-se hoje, aqui nesta Casa, um fato grave, há um conluio hoje nesta Casa para se rasgar o Regimento. A cada momento em que o governo perde aqui sua maioria ou corre o risco de perder a sua maioria é feito aqui nesta Casa, é tomada aqui nesta Casa, uma medida para prejudicar os interesses do Legislativo. Querem, deputado Heraldo Rocha, acabar com a Minoria. Mas isso não é de estranhar. Essa é uma orientação geral do PT em todas as instâncias onde está. Só eles se sentem no direito de ter a lei ao seu lado para resguardar os seus direitos. Não querem aqui ouvir a voz da Oposição. Querem passar um trator por cima da Oposição, transformar este Legislativo ainda mais em um simples anexo do Palácio de Ondina. Fala-se, e eu não era deputado nesse período, em momentos difíceis que o Legislativo baiano passou, mas nunca se teve a coragem de, em plena sessão legislativa, mudar o Regimento. Hoje, aqui, para vergonha dos que acreditam na democracia representativa, para vergonha dos que acreditam na força do Legislativo, a Bancada do governo quer passar o trator por cima da Oposição, calar a voz da Minoria nesta Casa. É um casuísmo em cima do outro. Não se respeita, não se tem mais ética.

Esta Casa viu no governo Wagner a maior – o termo é esse – cooptação de deputados da história da política da Bahia. Fala-se, agentes do Executivo dizem “deputado custa caro”, deputado adesista custa caro! A que ponto se chegou na Bahia, e o Sr. Jaques Wagner posando de democrata, posando de ético, posando de um político que veio mudar as práticas na Bahia.

É como disse muito bem o deputado Arthur Maia: “O Chávez do acarajé”! É a esse “projetinho” de ditador que não governa, que não administra, a que a Bahia está submetida.

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:-** Com o aparte o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex<sup>a</sup> procede de uma forma correta. O governo acabou. Acabou o governo Jaques Wagner com essa medida truculenta de mudar o Regimento, de mudar as regras do jogo. Que pena! Pensei que teríamos esse quadro no ano que vem. Essa é mais uma demonstração de que o governo acabou. Triste Bahia!

Muito obrigado, Sr. Deputado.

**O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:-** Deputado Heraldo Rocha, nós vamos resistir. Nós, enquanto pudermos, enquanto tivermos ainda disposição dos instrumentos regimentais, iremos impedir a violência que se quer perpetrar hoje nesta Casa. Ao rei, tudo, menos a honra, deputado Heraldo Rocha. Mas essa máxima aqui não existe. Fisiologismo do mais baixo nível, subserviência do mais baixo nível. Aconteceram nesses últimos dias nesta Casa passagens dignas do Bem Amado, de Odorico Paraguaçu, retirada de assinaturas em documentos que, minutos antes, se jurava eterna fidelidade. Foi a isso que este Legislativo, deputado Isaac, foi reduzido!

Tenho certeza de que deputados como J. Carlos, Professor Valdeci, deputado Isaac, questionam neste momento qual é a utilidade desta Casa. Para que serve esta Casa, a que ponto chegou esta Casa, onde se trocam por qualquer cargo público, por qualquer promessa de obra, a independência e a autonomia do Poder Legislativo.

Que governo, deputado Heraldo Rocha, é este que se diz democrático e quer calar a Oposição? Que governo é este, deputado Heraldo Rocha, que utiliza dos mais baixos expedientes para calar a voz da Minoria? É o governo da incompetência, é o governo, como disse a revista *Veja*, da preguiça!

Governador, deixe de fazer essa politicagem, governador! Os baianos querem um governador que acorde cedo, que seja trabalhador, que cuide da administração e não um governador que vive do pequeno expediente da futrica e da politicagem!

Nobres deputados que ainda continuam na Base do governo, tenho certeza de que vocês são odiados pela base do governo que vocês apoiam, que não tem o menor respeito por vocês. Basta lembrar aqui as palavras que D. Fátima Mendonça, primeira-dama do Estado, dirigiu a V.Ex<sup>as</sup>. Basta lembrar aqui como a primeira-dama considera V.Ex<sup>as</sup>! Que imagem ela tem do caráter de V.Ex<sup>as</sup>! É esta a realidade: vai de encontro aos interesses do povo, de encontro aos interesses da base de V.Ex<sup>as</sup>!

V.Ex<sup>as</sup> ainda continuam na esperança de receberem algum apoio deste governo, que não respeita V.Ex<sup>as</sup>. Este governo quer atrair V.Ex<sup>as</sup> para uma fragorosa derrota nas urnas! E, infelizmente, às custas do desenvolvimento da Bahia, às custas das finanças públicas do Estado, tudo isso é feito nas piores negociatas que este Estado já viu.

Disse aqui o deputado Paulo Rangel...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado, por favor!

**O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:-** Concluindo, Sr. Presidente.

(...) como são as práticas deste governo. E não foi um deputado da Oposição, não. Para concluir, Sr. Presidente. Quem chegou aqui e disse que este é o governo da negociata, que este é o governo das licitações fraudulentas foi o deputado Paulo Rangel, Líder do PT. E para concluir, Sr. Presidente, até agora, nós não vimos aqui, deputado Eliedson, uma voz do PT, uma voz do PT contrariar as afirmações de Paulo Rangel. Foi como disse aqui que a máquina pública da Bahia é utilizada para troca de cargos num projeto de ditador, que o Sr. Jaques Wagner quer desenvolver neste Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o nobre Líder do governo ou da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao Líder do PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Sandro Régis, como vice-Líder do PR para falar pelo tempo de até 8 minutos.

**O Sr. SANDRO RÉGIS:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da TV Assembleia, mais uma vez esta Casa presencia, deputado Gaban, a falta de democracia deste governo, que insiste em dizer ao povo da Bahia que é democrático. Esta Casa, durante o seu funcionamento, acredito, nunca cometeu um ato arbitrário como o que o governo propõe fazer essa noite: mudar o Regimento dela, que há mais de 15 anos nunca se mudou e se discutiu. Esse mesmo governo, toda vez que perde algum deputado ou desconfia de algum, tenta mudar o Regimento para equacionar os seus problemas.

Que governo é esse que não acredita numa Bancada de 40 deputados nem na fidelidade dos deputados que compõem sua Base? Imaginem os senhores, se, amanhã, mais dois ou três deputados saírem da Base do governo? Aí o governo aí vai querer mudar novamente o Regimento! É melhor fechar a Assembleia e ela tornar-se uma mera carimbadora das vontades do governador Jaques Wagner! E melhor, porque, da forma que está, a Assembleia, deputado Heraldo Rocha, virou um órgão auxiliar do Palácio de Ondina!

O Sr. Gaban:- V.Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O Sr. SANDRO RÉGIS:-** Com o aparte, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Sandro Régis, quero parabenizá-lo e lembrar que o deputado Paulo Azi recordava que, quando era Líder do governo nesta Casa, a composição de força era 38 a 25 e que nunca havia problema para se votar projetos! Sabe por quê? Porque o governo tinha comando, rumo; hoje, entretanto, a administração está jogada ao léu! Imaginem que o atual governo chegou a ter 50 deputados a seu favor e 13 contra ele, e, mesmo assim, obstruímos praticamente todas as votações dele, que só conseguiu votar os projetos de seu interesse na madrugada! Agora, a correlação já está 38 a 25, não sei~bem, porque, a cada hora vem mais gente, e o governo, com medo, com medo de que essa situação se inverta favoravelmente a nós e de que tenhamos a maioria, porque não se sabe o dia de amanhã, está querendo se precaver.

Até hoje chegamos a propor que, com relação às contas do governo Wagner, não se preocupem, porque da maneira que elas vierem do Tribunal de Contas do Estado, órgão auxiliar desta Casa, vamos acatar! Podem ficar com minoria em todas as comissões, e isso vai ocorrer, porque, como V.Ex<sup>a</sup> mesmo disse na reunião, se hoje está assim, imaginem em junho, com todo mundo aderindo..., vendo que este governo

está afundando cada vez mais! Aí a debandada será maior! O que não podemos e não vamos admitir é que se mude o orçamento por vontade de um governo que não consegue controlar sua própria Bancada.

Agradeço o aparte a V.Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. SANDRO RÉGIS:-** Com o aparte o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Sandro Régis, parabéns pelo pronunciamento.

Algum aliado de Wagner já o chamou de ingênuo! Imaginem, a Bahia tem um governador ingênuo! Mas vejam que, nesse caso, ele não foi ingênuo, não! Quando V.Ex<sup>a</sup> diz que ele não confia nessa Bancada de 40 deputados, é bom lembrar que D. Fátima Mendonça disse que essa era uma Bancada de sem-vergonhas! Como é que o governador pode acreditar numa Bancada da qual a esposa dele tem essa ideia? Não pode, não pode, e foi bom o deputado Gaban ter dito...

(...) Como é que um governador pode acreditar numa Bancada da qual a esposa dele tem essa ideia? Não pode. Não pode. E foi bom o deputado Gaban ter dito aqui que vamos votar favoravelmente às contas. Só assim o fisiologismo naquela sala do cafezinho diminui.

**O Sr. SANDRO RÉGIS:-** E o pior de tudo: eu chego à conclusão de que ninguém mais confia. Este governo que aí está quantas vezes sentou com a Oposição para fazer acordo? E daqui questiono: qual foi o acordo que este governo já cumpriu com a Oposição nesta Casa? Nenhum!

Então isso aqui são os deputados governistas a quem o governo promete e não cumpre. Eles também não cumprem nada com o governo. E este, por si só, também faz acordo com a Oposição e não cumpre nada. É este o governo Jaques Wagner.

Entendo o desespero do governo PT porque existe aquela máxima de que “As pessoas agem conforme o espelho”. Se não tem palavra nem compromisso, o governo também acha que sua Bancada é igual a ele porque a está enxergando nele próprio. Por isso, quer submeter esta Casa a esse tipo de atitude.

Por tal razão, deputado José Nunes, querem mudar um Regimento Interno nosso que em 15 anos não se trocou. E cabe a este Legislativo avaliar, porque o problema é abrir uma exceção hoje, outra amanhã e assim por diante. O deputado Gaban foi feliz. Daqui para julho, a revogada é grande. E, se for fazer proporcionalmente a mudança pela revogada, vai ter de fazer uns quatro Regimentos esta Assembleia, pois um só não vai dar conta das mudanças, visto que a revogada será mesmo grande. Aliás, já é grande, porque ninguém segura em alça de caixão.

Este governo já está morto. Acabou! Nós éramos 11, mas hoje não teve cadeira para deputado sentar na Bancada da Oposição. Em julho a nossa reunião vai ser no Plenarinho porque teremos maioria absoluta. Aí quero ver: vão propor um novo Regimento para este Poder? Não podem!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

**O Sr. SANDRO RÉGIS:-** Por que não podem? Porque não podem justificar mais uma vez a incompetência e a falta de habilidade do governo em destruir a legalidade da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do Bloco PTdoB/PSL/PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos. (Pausa) Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PMN/PP/PRTB para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há orador.

Com a palavra o Nobre Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- O deputado Arthur Maia por 4 minutos. E eu falarei por 5, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Arthur Maia pelo tempo de até 4 minutos.

**O Sr. ARTHUR OLIVEIRA MAIA:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta sem dúvida é uma noite melancólica para esta Casa. Ao longo de quatro Legislaturas, meu caro presidente, tendo aqui passado por governos como o de Antonio Carlos Magalhães, o de César Borges e o de Paulo Souto sempre na Oposição, junto com V.Ex<sup>a</sup>. Nós sempre acreditávamos que estávamos enfrentando uma ditadura. Éramos felizes e não sabíamos. (Palmas!)

A ditadura de verdade se estabeleceu com o novo Cabeça Branca da Bahia. Esse novo Cabeça Branca da Bahia é esse que sabe fazer uma ditadura, esse sabe! Antonio Carlos Magalhães tinha competência política para ter aqui sempre uma base segura, forte, que garantia o seu governo. Fazia isso e permitia que o Parlamento funcionasse com a sua Maioria, mas que o nosso Regimento fosse preservado. Os próprios deputados ligados ao carlismo sempre compreenderam a importância de termos nesta Casa um Regimento que tem a grandeza de ao mesmo tempo em que preserva a governabilidade porque permite que os projetos sejam votados, garante também os espaço para que se exercite a Oposição, se exercite o direito de subir a esta tribuna e fazer o discurso, de fazer a obstrução, de nas Comissões exercer o seu papel, de debater, de aprofundar a discussão, de aprofundar os temas que são tratados. Mas nada disso prevalece no atual governo, um governo que tentou modificar o patamar das relações políticas, substituiu a tese da relação partidária pela cooptação mais desavergonhada que se viu nesse Estado. Esse governo que do ponto de vista político acabou com a vida de alguns aliados históricos como é o caso da querida e competente ex-deputada, hoje, prefeita de Lauro de Freitas Moema Gramacho e da mesma forma age agora lá em Paulo Afonso com o valoroso Líder do PT, deputado Paulo Rangel. Esse governo não tem consideração nem pelos aliados. Portanto não seríamos nós que estamos na Oposição que esperaríamos dele consideração e respeito. (Palmas)

De sorte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o governo Jaques Wagner certamente será lembrado no futuro como o governo marcado pela inoperância e pela incompetência. Dizem alguns, como o deputado Paulo Rangel, que também pela corrupção. Mas agora com certeza também será lembrado como o governo do autoritarismo e da arrogância, o governo que não sabe conviver com o regime minimamente democrático, que tem que usurpar o direito da Oposição, que quer transformar as Comissões em um tipo de monstro em que o deputado-presidente pode votar duas vezes e as decisões fruto de um debate rico sejam trazidas para o plenário onde o trator da Maioria supere todas as diferenças e faça a terraplanagem de qualquer tipo de dificuldade que o governo tenha. É com esse governo que o Sr. Jaques Wagner será lembrado pela história da Bahia.

Nós, Sr. Presidente, votaremos naturalmente contra esse projeto.

Espero que alguns deputados, e não são poucos, da Base do Governo tenham essa consciência para que possam também acompanhar o voto da Oposição e refutar esse nefasto projeto de resolução que está em votação hoje.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto Júnior pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, estamos presenciando hoje um dia realmente negro para a história da Assembleia Legislativa da Bahia.

Primeiro, fizemos uma questão de ordem solicitando ao Sr. Presidente deputado Marcelo Nilo que realizasse a recomposição das Comissões temáticas desta Casa alegando que houve, como diz muito bem o Regimento desta Casa, uma mudança de alguns partidos que saíram do Bloco do Governo e passaram para o Bloco Independente. O deputado Marcelo Nilo rejeitou essa questão de ordem e depois, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o deputado Paulo Azi fez uma outra questão de ordem questionando a suplência na Mesa Diretora com o afastamento, o pedido de licença do deputado Fernando Torres. Também está muito claro no Regimento desta Casa que a suplência pertence ao partido do deputado Fernando Torres, que, no momento, é o Partido do Democratas. Diz o Regimento que o suplente, então, seria o deputado Eliedson Ferreira.

Mas na contramão do que diz o Regimento, também foi negada essa questão de ordem. Eu pergunto aos Srs. Deputados, à imprensa que está aqui presente, para que vale o nosso Regimento Interno, deputado Gaban? O que estamos presenciando na noite de hoje é esse projeto que o governo quer votar alterando pontos importantes do Regimento desta Casa. Eu, como Líder do PMDB na Assembleia Legislativa, fiz questão de deixar o nosso posicionamento muito claro, que se existem mudanças a serem feitas no Regimento Interno desta Casa. Hoje temos um fórum adequado para realizar essas discussões, que é a Comissão de Reforma do Regimento, presidida hoje pelo deputado estadual Gilberto Brito, da qual eu faço parte como membro titular. Mas não de forma autoritária, querendo aqui passar o rolo compressor, e o governo

apresenta esse projeto querendo alterar o número de membros das comissões desta Casa.

Mas, Srs. Deputados e Sr<sup>as</sup> Deputadas, assim tem sido esses últimos dias, não sei por que tanto desespero, deputado João Carlos Bacelar. Vemos no interior do Estado uma derrocada, uma debandada de prefeitos em apoio à candidatura do Ministro Geddel Vieira Lima, uma debandada de deputados estaduais presenciando esse momento por que vem passando o Estado da Bahia, deixando a base de sustentação do governo Jaques Wagner. São deputados do próprio governo, como fez aqui na semana passada o Líder do PT, nesta Casa, deputado Paulo Rangel. Ele apresentou denúncias gravíssimas, deputado Heraldo Rocha, de superfaturamento e aparelhamento da Bahia Pesca. Estamos aguardando, deputada Eliana, como V.Ex<sup>a</sup> falou, o pronunciamento aqui do Partido Progressista. É preciso prestar esclarecimentos acerca dessas denúncias graves que envolvem esse órgão importante, que é a Bahia Pesca.

Aqui, fazemos este questionamento de forma muito transparente e objetiva. O governo fala em CPI do urubu, CPI da galinha, do pato, do coelho, para mim não importa, se há denúncia, temos que apurar, temos que averiguar qualquer ato de irregularidade que ocorra em nosso Estado.

Então, Sr. Presidente, deputada Eliana, estou esperando o pronunciamento do Partido Progressista para que esclareça de uma vez por todas as denúncias envolvendo a Bahia Pesca.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, é apenas para um esclarecimento, porque eu estou vendo a deputada Eliana desde ontem com uma pastinha dizendo que fará a defesa das denúncias gravíssimas apresentadas pelo Líder do PT. Nem eu entendi bem, V.Ex<sup>a</sup>, parece-me, antes deste horário do PMDB, apresentou o horário do PP – Partido Progressista –, não foi?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim.

O Sr. Gaban:- Perdeu a oportunidade mais uma vez a deputada Eliana. Eu gritei V.Ex<sup>a</sup>, que se ausentou e perdeu a oportunidade. É só para deixar claro que a oportunidade V.Ex<sup>a</sup> teve e não a usou. Não a usou.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, o som para o deputado Gaban, porque está muito baixo. Por favor. Melhorem o som do deputado Gaban, por favor. Prossiga, deputado.

O Sr. Gaban:- Não, porque a deputada Eliana disse que no horário do PP iria fazer a defesa. Eu estou dizendo que talvez ela não tenha ouvido, porque V.Ex<sup>a</sup> anunciou o horário do PP. Eu entendi e gritei para ela voltar, e ela caiu fora. Aí, cancelaram o horário do PP. Não sei se o PT evitou que V.Ex<sup>a</sup>, deputada, utilizasse o horário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não. Ela falará no horário do PT.

O Sr. Gaban:- Eu acho que o PT proibiu que a deputada Eliana apresentasse as provas, mostrando que o deputado Paulo Rangel talvez esteja mentindo – no que eu não acredito. Eu confio no deputado Paulo Rangel. Era só para este esclarecimento, deputada Eliana, porque V.Ex<sup>a</sup> disse que não tinha horário. O horário do PT não foi usado.

Era só para este esclarecimento e está esclarecido, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao Líder do Democratas para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falarão os deputados Clóvis e Gaban; o primeiro, por 5 minutos, e o segundo, por 4 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. CLÓVIS FERRAZ:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, Srs. e Sr<sup>as</sup> da Imprensa, senhores e senhoras presentes às Galerias Paulo Jackson... Sr. Presidente, eu gostaria de que fosse assegurada a minha palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Zé Neto, por favor, há um orador na tribuna.

**O Sr. CLÓVIS FERRAZ:-** Sr. Presidente, nós estamos num momento que eu diria ímpar no sentido de, nesta Assembleia, jamais ter acontecido tal fato. Ao menos desde que eu estou aqui, há 15 anos, não aconteceu nada como está acontecendo nesta noite. Olhem, nós estamos aqui, e esta é nossa obrigação, não só porque fomos Líder de governo e presidente desta Casa, mas principalmente porque recebemos o voto da população e aqui estamos representando a população do Estado da Bahia, mesmo como Minoria.

O que se está fazendo nesta Casa hoje não se faz em Parlamento nenhum, repito, em Parlamento nenhum se mudam as regras do Regimento Interno, que é a segurança jurídica do funcionamento de uma Casa Parlamentar. Se é na Câmara de Vereadores, é a Lei Orgânica. Se é na Assembleia, é o Regimento Interno. Se é na Câmara dos Deputados, há o Regimento Interno. Acima do Regimento, há as Constituições federal e estadual.

Imaginem os senhores e imaginem as senhoras se a cada momento, numa Casa Parlamentar, em que o governo, que é Maioria, tem dificuldade, muda-se o Regimento. Vemos nas Casas Parlamentares – na Câmara dos Deputados e no Senado –, diversas manobras. Mas são manobras feitas em Plenário, de obstrução e até substituição de membro de comissão por suplente, tentativas de cooptação, enfim. Mas não há tentativa de se mudar o Regimento para atender à vontade do Executivo. Nós temos defendido no Parlamento a liberdade, e a liberdade dos Parlamentos e dos deputados.

Hoje nós vemos, a todo o momento, os executivos tentando interferir, e muitos interferindo, como é o caso da Bahia. Neste governo foram várias as tentativas – algumas com sucesso – de interferir na Casa Legislativa, impondo suas vontades.

Nunca o governo deixou de ter um projeto votado aqui, tendo em vista que a

atual Minoria sempre vota a favor das proposições que beneficiem a população. Nunca fomos contra.

Não vejo nenhuma necessidade disso, até porque o governo tem uma Maioria folgada, com 40 dos 63 deputados – isso hoje, porque a Oposição já foi composta por apenas 13 membros. Pois bem, aqui se vota o que o governo quer, por força da Maioria. Mas, mesmo assim, na maioria da vezes votamos a favor dos projetos, quando eles são benéficos à população.

Muda-se o Regimento porque o governo acha que pode praticar uma truculência. Isso é um verdadeiro estupro contra o Regimento desta Casa!

Sr. Presidente, V.Ex<sup>a</sup> tem uma história neste Parlamento, já está aqui há muito tempo, mais do que eu, e nunca aceitou mudança no Regimento se não fosse com a maioria absoluta ou se houvesse consenso. Não se pode mudar um Regimento apenas para satisfazer o governador de plantão. Não se faz isso em nenhum Parlamento, em nenhuma democracia. A Minoria é o sustentáculo da democracia, é preciso que seja respeitada.

Por isso, apelamos ao bom senso do presidente, do Líder do governo e dos demais deputados para que, realmente, não se pratique essa aberração.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban por 4 minutos.

**O Sr. GABAN:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, deputada Eliana, eu só não lhe cedo os meus 4 minutos do DEM, porque vão ser poucos. V.Ex<sup>a</sup> está até com a pasta molhada, embaixo do braço, desde ontem, mas o Líder do PT está cerceando o seu direito de resposta, negando-lhe o horário do seu partido, deputada.

Não basta o patrulhamento que está sendo feito na sala do cafezinho por assessores e assessoras de Rui Costa? Até mesmo nós, deputados da Oposição, ficamos constrangidos com esse patrulhamento que inibe, coíbi.

Hoje, ate estranhei e pensei: “Waldenor está forte com a sua Bancada nesta sessão”. Mas depois eu vi aqui o pessoal de Rui Costa cerceando... Quando alguém ia sair, ouvia: “Se sair, eu ligo para Rui Costa”. E aí voltava.

Agora eu vejo que tiram o direito de o PP falar. V.Ex<sup>a</sup> está desde ontem tentando usar a tribuna, a imprensa está desde ontem aguardando. Primeiro, foi o Líder do PP, que não teve coragem, sumiu, escafedeu-se. Estava na Casa, mas não veio ao Plenário. Tem apenas a presença no painel, não a física. Estava na Casa, não sei se já saiu. Ronaldo Carletto sumiu, estava aqui mas foi embora, porque não teve ônus. Ou seja, não iria estragar o passado dele para defender o indefensável.

Continuo confiando no passado e no presente de Paulo Rangel, Líder do PT. Ele falou o que deveria ser dito, teve a coragem de mostrar a podridão de um governo que se diz transparente, republicano, mas tem medo de ser investigado, tem medo da sua Bancada, de 40, para colocar 23 em Plenário. Que medo é esse deputado, para

rasgar o seu currículo de professor? Embora agora, por estar no exercício de um mandato, não esteja dando aula! V.Ex<sup>a</sup> vai estragar o seu passado. Eu lamento!

Como lamento também pelo presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, de tantas lutas, tantas defesas!

Quando fui presidente da Casa, o relator do projeto era Paulo Câmara, que queria diminuir de 20 para 10 minutos o tempo de discussão. Foi um pandemônio na Casa. Reclamaram: “Vai tirar o direito da Minoria de ficar obstruindo até à noite!”

Eu disse: “Só faço a reforma do Regimento, e exerci o meu papel de presidente, se houver acordo”. Da mesma forma procedeu Clóvis Ferraz quando foi presidente da Casa.

Agora, vemos o Líder do governo fazer a Casa se abaixar, escancarar-se, abaixar, como se diz, aquela roupa, e apareceu até o que não deveria aparecer – mais uma submissão que vai ficar na história desta Casa –, mostrou os fundilhos. Esta Casa chegou ao fundo do poço. Esse é o fundo do poço que esse governo está querendo impor à Assembleia Legislativa. Vamos fazer, deputado Heraldo Rocha, um *outdoor* e espalhar.

Esse governo que só apresenta projeto inconstitucional, para deixar o ônus para a Assembleia, não deixa o Líder do PP falar. Dizem que ele é que não quis falar. Eu não entro nessa! Eu não entro nessa! Eu tenho meus interesses, eu vou brigar...

Que nada! Deixaram Eliana, coitada, desde ontem... Estou com pena! Mas use os 20 minutos, aí o Líder não vai poder obstruir. Pegue o tempo da discussão do primeiro projeto e use. Use o seu direito.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

**Sr. GABAN:-** Diga que Paulo Rangel mentiu e prove, porque, até agora, acredito no Líder do PT, deputado Paulo Rangel.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do governo ou o do PT para falar ou indicar orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, talvez para decepção do deputado Carlos Gaban, eu convoco a deputada Eliana Boaventura para fazer uso da palavra, para fazer o seu pronunciamento no momento adequado.

O deputado está nervoso, está inquieto hoje. Para sua decepção, eu indico o nome da deputada Eliana Boaventura, essa valorosa deputada de Feira de Santana.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Eliana Boaventura, pelo tempo de até 9 minutos.

**A Sr<sup>a</sup> ELIANA BOAVENTURA:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, quero, aqui, cumprimentar os fiscais, os auditores baianos que já estão aqui há vários dias, e venho dizer que o Partido Progressista está com vocês e, com certeza, vai votar esse projeto, porque é mais do que justo que possam, realmente, ter um salário melhor e que todo mês ele não seja cortado apenas porque vocês não têm como fazer.

Mas quero dizer ao deputado Gaban que só faço a defesa do que tenho

convencimento. E já fui escalada aqui em governo passados para fazer defesa e não fiz. Não fiz, Sr. Deputado! Então, quero dizer a V.Ex<sup>a</sup> que só faço a defesa daquilo que entendo que é correto e posso aqui fazer a defesa. Fora isso, não faço, pois já fui escalada e não fiz. V.Ex<sup>a</sup> sabe!

(Lê) “Venho à tribuna como Vice-Líder da Bancada do Partido Progressista nesta Casa.

O exercício da atividade política exige, além da firmeza, o equilíbrio necessário a todos que estão comprometidos com o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos baianos. Nós, do PP, sabemos dos nossos deveres e honraremos sem titubear a confiança depositada pelo governador Jaques Wagner. É visível o excelente trabalho que vem realizando o nosso colega deputado Roberto Muniz na Secretaria da Agricultura, e mais recentemente o deputado João Leão, que conduz com competência a Secretaria de Infraestrutura. No plano nacional, somos aliados do presidente Lula e temos contribuído, à frente do Ministério das Cidades e no Congresso Nacional, com o sucesso do governo, que tem o reconhecimento dos brasileiros.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, é lamentável e até preocupante que o deputado Paulo Rangel venha à tribuna, de forma virulenta, atacar companheiros do nosso partido, além de demonstrar total desconhecimento dos procedimentos e ações da Bahiapescas na execução dos programas governamentais ligados ao setor.

É inaceitável que disputas regionais que devem ser mediadas pelos partidos sejam publicitadas, dando oxigênio aos que, na Oposição, não querem enxergar os avanços do atual governo.

Temos compromisso com a governabilidade e com a reeleição do governador Jaques Wagner. No entanto, jamais aceitaremos acusações vazias e precipitadas.

Vamos aos fatos. A atual administração da Bahiapescas, em pouco tempo conseguiu dar um norte às suas ações, fato reconhecido por todos, especialmente pelo Conselho de Administração da entidade, que tem como membros os secretários Rui Costa e o assessor especial do governo Nelson Simões.

Já na primeira reunião do Conselho de Administração, a atual gestão apresentou um diagnóstico da empresa, e hoje, nove meses depois, o quadro é outro. A Diretoria atual, indicada pelo nosso partido, tirou do papel diversas ações que só aconteciam no imaginário de alguns.

Hoje o projeto dos tanques-rede, os terminais pesqueiros de Salvador e Ilhéus, o centro de vocação tecnológica do pescado e dezenas de outros projetos que engrandecem o governo Jaques Wagner começam a se tornar realidade.

Já foram distribuídos este ano mais de 1 milhão e 800 mil alevinos, e, mais importante, com critérios técnicos, em que prefeituras administradas por todos os partidos político são atendidas sem nenhuma forma de discriminação partidária.

Dos 53 municípios que foram contemplados até agora com distribuição de alevinos, apenas cinco são administrados por prefeitos filiados ao nosso partido. Oito são filiados ao DEM, nove ao PMDB e doze são filiados ao PT. Os 19 municípios

restantes são administrados por diversos partidos, a exemplo do PSB, PCdoB, PRTB, PTdoB e PMN. A relação dos municípios atendidos com doação de alevinos está à disposição de quem quiser conferir.

Portanto, Srs. Deputados, está claro que não há favorecimento político na Bahiapescas.

Quanto à atual gestão, indicada pelo nosso partido, ao assumir a empresa há nove meses, uma das suas ações mais importantes para aumentar a produção de pescado estava praticamente paralisada. De uma meta de 1.280 tanques-rede,..."

(Muitos deputados falam ao mesmo tempo.)

Sr. Presidente, gostaria de que fosse assegurada a minha palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, por favor, V.Ex<sup>a</sup> fizeram um apelo para a deputada Eliana Boaventura fazer o pronunciamento dela. Ela está fazendo e V.Ex<sup>as</sup> estão perturbando. Vamos ouvir a nobre deputada Eliana Boaventura.

**A Sr<sup>a</sup> ELIANA BOAVENTURA:-**(Lê) "(...) apenas 64 estavam na água. A ação diligente da atual diretoria contabiliza hoje mais de mil tanques-rede em funcionamento, contribuindo para o fortalecimento do setor no Estado.

A retomada do Projeto Beijupirá, paralisada há muito tempo por falta de licenciamento ambiental, a implantação do programa de subvenção do óleo diesel marítimo, a utilização de água salinizada de poços artesianos para a criação de tilápias, entre outros, são projetos que engrandecem o governo Jaques Wagner, e nós, deputados da Situação, devemos nos orgulhar disso. Outros projetos estratégicos, que somam mais de R\$ 30 milhões, já foram encaminhados ao Ministério da Pesca.

A Bahiapescas, Srs. Deputados, não tem nenhum contrato de aquisição de rações super-faturadas. As aquisições estão absolutamente dentro da lei de licitações e qualquer análise superficial verá a correção com que a coisa pública é tratada na imprensa.

A ração adquirida é específica para a atividade,..."

Acho que os Srs. Deputados não querem ouvir o que estamos aqui colocando, porque não dá para continuar falando, com as pessoas interrompendo. Sou professora e diria que, no mínimo, tem que se ter um pouco de educação quando o outro fala. É o mínimo! (Palmas) Nunca aqui fiquei perturbando quem estava falando. Acredito que isso é o mínimo, até porque devemos respeitar esta Casa.

(Lê) (...) contendo níveis de proteína compatíveis com a fase de desenvolvimento dos alevinos e manutenção de reprodutores, além de possuir qualidade superior com a devida certificação por parte do Ministério da Agricultura. A empresa fornecedora se comprometeu a entregar o produto na quantidade necessária e de forma imediata, fato que também foi considerado na decisão. Vale ressaltar ainda, que no preço da aquisição emergencial estava incluído o transporte, ou seja, a entrega em todas as unidades de produção da Bahia Pesca, no interior do Estado, jamais, podendo, em sã consciência, ser comparado com preços "de balcão". A ração adquirida, específica para alevinos, possui uma alta concentração de Proteína Bruta, ao redor de 55 %. O custo dessa ração "posto fábrica" em São Paulo é de R\$

3,32 o quilo. O frete de São Paulo para Salvador e sua distribuição nas unidades de piscicultura situadas nos municípios de Camaçari, Boa Vista do Tupim, Santa Maria da Vitória, Jequié, Cachoeira, Itamaraju, Cipó e Paulo Afonso, custou R\$ 0,53. De impostos, pagou-se R\$ 0,28 e de custos operacionais e lucro do revendedor, o valor desembolsado foi de R\$ 1,05. Para a ração com 36% de Proteína Bruta, o "preço fábrica" foi de R\$1,98 e os custos com transporte, impostos, operacionais, além do lucro, ficaram na casa de R\$ 0,53, R\$0,14 e R\$ 0,45, respectivamente. Os servidores que compõem a Comissão de Licitação e Setor de Compras da Bahia Pesca continuaram em seus cargos quando a atual direção assumiu a entidade. São funcionários zelosos e experientes, alguns deles com mais de 10 anos servindo à empresa – ninguém trocou esses funcionários que fazem as licitações. Jamais fariam uma aquisição sem os necessários cuidados legais. O processo de compra está à disposição dos senhores deputados, seja da Situação ou da Oposição, que poderão atestar a lisura do procedimento, amparado na legalidade e dentro dos padrões de mercado.

A Bahia Pesca promove as necessárias licitações para adquirir as rações, mas quando a empresa contratada não entrega o produto, o que foi o caso, a aquisição direta é legal, desde que o preço esteja dentro dos padrões de mercado. Tratou-se de uma ação emergencial que teve como finalidade evitar a mortalidade de milhares de alevinos e reprodutores. Os documentos acostados no processo de compra demonstram a urgente necessidade da ração. Sua falta comprometeria todo o programa da Aquicultura Familiar e Povoamento de Aguadas Comunitárias. O Parecer emitido pela Assessoria Jurídica do órgão, igualmente, não deixa dúvida quanto à legalidade dos atos, e por fim, o Parecer Técnico, emitido pela Diretoria Técnica, assegurou a urgente necessidade e opinou pela contratação emergencial. Essa medida foi efetivada enquanto se aguardava a conclusão do novo processo licitatório, que embora deflagrado tempestivamente não foi concluído a tempo por razões de falta de dotação orçamentária e contingenciamento, o que fugiam ao controle da gestão da empresa. O peixe não tinha como esperar a conclusão do moroso processo licitatório, pois ração é alimento, senhores deputados!

Quanto à reunião que a Bahia Pesca promoveu na cidade de Sobradinho houve uma desinformação, pois a mesma se tratou apenas do encerramento da primeira etapa do curso de capacitação dos piscicultores, onde estavam presentes diversas personalidades inclusive representantes da prefeitura local. Não houve nenhuma distribuição de alevinos e nem de tanques-rede. Nela não se tratou de política partidária, mas apenas de política pública para o setor. A denúncia aqui apresentada fala em aparelhamento da Bahia Pesca. Como aparelhamento, se o próprio deputado tem vários companheiros ocupando cargos de destaque na empresa? Num governo de coalizão, é natural que os partidos políticos indiquem pessoas para os cargos de confiança. Essa é uma regra que atinge a totalidade dos partidos políticos sem exceção. Na nossa trajetória política sabemos compreender que questões locais às vezes despertam ciúmes, mas temos que nos portar dentro dos limites do bom senso, dialogando sempre, com equilíbrio e desprovidos de paixão.

No pronunciamento do último dia 30, o deputado colocou em dúvida, de forma injusta, a honorabilidade da atual gestão da Bahia Pesca e levantou suspeitas de ordem administrativa. Convido os deputados Paulo Rangei e Luiz de Deus a conhecerem melhor os problemas, pois se fosse possível retroagir no tempo, após a constatação dos fatos, talvez a eloquência dos seus pronunciamentos fosse mais branda.

Se não bastasse o seu discurso daqui desta tribuna no último dia 30, o deputado voltou a metralhadora nas páginas dos jornais. Põe em dúvida a necessidade de aquisição de produtos de biossegurança por parte da Bahia Pesca, além de apontar possíveis irregularidades na aquisição daqueles produtos, mais uma vez, de forma injusta e não condizente com sua história. Não podemos desconhecer a importância dos produtos de biossegurança, especialmente a partir do surgimento da doença conhecida como "Mancha Branca", que dizimou os cultivos de camarão nos municípios de Canavieiras e Valença. Quando a atual diretoria tomou posse, no dia 22 de dezembro de 2008, encontrou o processo de aquisição dos produtos já em andamento, e numa atitude de absoluta responsabilidade deu seguimento ao processo, que culminou com os empenhos dos valores citados no último dia legal para fazê-los, ou seja, 30 de dezembro. Em verdade, a Bahia Pesca adquiriu os produtos na modalidade de inexigibilidade de licitação, uma vez que o fornecedor é representante exclusivo nos estados da Bahia e Sergipe da BAYER DO BRASIL S/A, fabricante única dos produtos. Essa empresa fornece para a Bahia Pesca há mais de 10 anos, e somente nos últimos cinco anos foram empenhados valores que perfazem R\$ 2.851.840,00. Trata-se, portanto, de fornecedor idôneo. Os empenhos não foram fracionados, mas apenas realizados em projetos distintos (camarão e alevinos) e em duas fontes orçamentárias, cada. A aquisição não foi fracionada, e nem poderia ser, uma vez que o processo de inexigibilidade de licitação foi único, portanto, indivisível. Ressalte-se ainda que esse programa de biossegurança não se resumiu à aquisição dos produtos, mas também ao treinamento dos técnicos da Bahia Pesca, realizado pela Bayer do Brasil. Os defensivos foram aplicados na Fazenda de Camarão da Bahia Pesca e nas estações de piscicultura. A prevenção tem surtido efeito, senhores deputados, pois até o momento estamos livres das enfermidades que atacam os cultivos aquáticos. Os senhores já imaginaram se a doença da Mancha Branca chegasse à Fazenda Modelo de Camarão do Governo do Estado? Teríamos um irreversível prejuízo financeiro, social e principalmente moral.

O Partido Progressista espera que o Governador promova a Paz entre seus aliados, agora e no futuro, inibindo provocações dessa natureza, sob pena de ver diluída uma aliança construída com harmonia, espírito público e, acima de tudo, confiança.”

Srs. Deputados, quero dizer a V.Ex<sup>as</sup> que temos aqui três ofícios do presidente Mário Negromonte pedindo ao Sr. Governador, ao Sr. Secretário da Agricultura e ao presidente da Bahia Pesca, Isaac, que apurem as denúncias, mesmo sem provas. Mas que possam apurá-las e realmente abrir as portas para qualquer um dos senhores, tanto do governo quanto da Oposição, para verificar todo e qualquer tipo de ação

dentro da empresa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

**A Sr<sup>a</sup> ELIANA BOAVENTURA:-** Só um minuto, Sr. Deputado. Antes, nosso colega Aderbal, também do PP, me pediu a palavra. E logo depois eu dou a palavra a V.Ex<sup>a</sup>, porque o tempo inclusive já está esgotado.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, eu reconheço que passou o tempo, mas o senhor queria tanto ouvir a deputada Eliana Boaventura que fiz a deferência a ela. Deixe-a concluir.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex<sup>a</sup> quer uma questão de ordem? Pois não.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, agradeço a questão de ordem que me concede. Realmente nem pedi para obstruir os 26 minutos, porque no final eu queria ouvir se se roubou ou não, mas ela não falou. Agora, aprendi hoje, Sr. Presidente, e entendo o Líder do PP, porque ele não quis fazer essa defesa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, é indelicadeza sua. Faço um apelo...

O Sr. Gaban:- Acho uma ofensa a nós que estamos aqui ter de ouvir isso. Deputado Pedro Alcântara, defendi V.Ex<sup>a</sup>. Se for necessário, o faço novamente. Mas aqueles que estão ao seu lado hoje são os mesmos que o acusaram de trabalhar com roubo de carga. Eu o defendi e defenderia mais uma vez, mas V.Ex<sup>a</sup> está defendendo quem antes o criticava.

Sr. Presidente, só lamento, pois a nossa inteligência não pode ser subjugada. À medida que fala, a deputada Eliana, na sua tentativa de defesa que não acrescentou nada, apenas disse que a venda do que o governo compra tem de ser mais cara do que quando se compra num balcão. Pelo amor de Deus, quem compra quantidade tem um preço mais acessível!

**A Sr<sup>a</sup> ELIANA BOAVENTURA:-** Sr. Presidente, quero uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputada, conclua o discurso. Faço um apelo.

**A Sr<sup>a</sup> ELIANA BOAVENTURA:-** Queria dar um aparte, mas vou pedir desculpas ao companheiro Aderbal.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já passou o tempo. Gostaria que não desse aparte a ninguém. Apenas concluísse, por favor.

**A Sr<sup>a</sup> ELIANA BOAVENTURA:-** Certo.

Essas ofensas do deputado Gaban jamais vão me atingir. Sabe por quê, Sr. Presidente? Porque tenho a certeza de que o meu mandato foi conseguido com esforço, luta, trabalho, dignidade e honestidade.

Quero reafirmar que estou fazendo esta defesa do Partido Progressista porque entendo que homens públicos têm ajudado o governador Jaques Wagner, como Mário Negromonte e João Leão, que têm trabalhado mais de 12, 14 horas diariamente, como

nós aqui do PP também temos trabalhado. E, se o deputado Gaban está estressado com algum problema, este não é com o meu partido, porque aqui foi respondido absolutamente tudo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Conclua, deputada, por favor.

**A Sr<sup>a</sup> ELIANA BOAVENTURA:-** Vou concluir, Sr. Presidente. O que nós não podemos permitir é que nesta Casa sejamos interrompidos a todo momento quando estamos falando, no mínimo por falta de educação de determinados deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora nem pelo aparteante.)

O Sr. Luiz Augusto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Luiz Augusto.

O Sr. Luiz Augusto:- Sr. Presidente, eu acho que o nosso amigo deputado Gaban foi infeliz em atacar a nossa companheira Eliana. O mandato dela é tão legítimo quanto o de qualquer um de nós aqui. A deputada teve mais de 40 mil votos, quase 45 mil. Muito mais votos do que pessoas que foram eleitas. Ela fez a defesa e colocou no final a Bahiapescas à disposição para que qualquer um possa olhar os dados. Acho que tem que ser fiscalizado mesmo, pois ninguém está aqui querendo tapar o sol com peneira. Aquele que for culpado tem que pagar. Nosso partido não pode e não vai encobrir o erro de ninguém. Se houve erro, tem que pagar.

Agora, está na hora, já que se abriram as portas da Bahiapescas, de se formar uma comissão para ir lá olhar e dar uma solução, ou senão dar entrada no Ministério Público. Tomara que se apure o mais rapidamente possível para que possa a verdade dos fatos vir a aparecer. E se houver culpados, estes paguem por aquilo que fizeram.

O partido tem certeza de que indicou pessoas confiando na sua honestidade. E se houve, no que eu não acredito, culpados têm que pagar por aquilo que fizeram.

Desculpe o deputado Gaban, mas acho que V.Ex<sup>a</sup>, deveria retirar dos Anais da Casa aquilo que falou em referência à deputada Eliana Boaventura.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Eu agradeço, já que fui citado.

Desculpe-me, eu não faria isso, pois não gosto de ir para o pessoal. Não é o meu estilo. Estou retirando porque acho que devo retirar. V.Ex<sup>a</sup> salientou bem. O resto eu mantenho tudo, porque o que eu não posso entender é que se avie pela imprensa que haverá um discurso duro, uma resposta à altura, e eu tenha que ouvir que o preço de balcão tem ser mais baixo do que o das compras do governo. Pelo amor de Deus. É mexer com a inteligência da gente.

Então, eu acho que deve ser apurado. O governo está demorando, como sempre. Essa letargia do governo incomoda. O Líder do governo teria que sugerir que se montasse uma comissão da Bahiapescas para verificar o desvio ou não de dinheiro público. Penalizasse, se fosse o caso, quem cometeu essa arbitrariedade, e se ele não tivesse cometido, exigir que o Líder do PT nesta Casa viesse aqui se retratar. Esse é o

papel de um governo que se diz transparente, democrático e republicano.

Eu agradeço a intervenção de V.Ex<sup>a</sup> que possibilitou-me retirar o termo que foi indevido, inadequado, e peço desculpas por tê-lo usado aqui na noite de hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu determino à Taquigrafia que retire o termo sobre a deputada Eliana Boaventura.

Eu agradeço e parabenizo V.Ex<sup>a</sup>, deputado Gaban, por reconhecer o equívoco. Este assunto está encerrado.

Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, em determinada sessão, aqui, foi comunicado pelo deputado que se disse Líder do PRTB, o deputado Jurandy Oliveira, que a partir daquele instante passaria a integrar a Maioria.

Nós questionamos essa Presidência dizendo que, sendo dois parlamentares do partido, para pertencer à Bancada do governo teriam os dois que assinar, porque o Regimento é muito claro. V.Ex<sup>a</sup> respondeu a questão de ordem dizendo que o deputado Fernando Torres pertencia à Mesa. Portanto, o Líder, obrigatoriamente, teria que ser o deputado Jurandy Oliveira. Por conta disso, a partir deste instante, o deputado Jurandy Oliveira, Líder do partido, estava conduzindo o PRTB para a Bancada do governo.

Pois bem, tenho aqui em minhas mãos um ofício de 6 de outubro, ou seja, hoje, assinado pelo deputado Sérgio Passos, com o seguinte teor: “O deputado infrafirmado, integrante do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), vem na forma regimental comunicar a V.Ex<sup>a</sup> a retirada do PSDB do Bloco Parlamentar PSDB-PTdoB-PSL-PTB a partir desta data.

Atenciosamente, deputado Sérgio Passos”.

Esse ofício já deve ter chegado as mãos de V.Ex<sup>a</sup>.

O deputado Emério Resedá, que integrava os quadros do PSDB, era Vice-Líder, portanto ele não pode ser Vice-Líder e Líder ao mesmo tempo. V.Ex<sup>a</sup> não poderia ser o Líder do partido, pois é o presidente da Mesa Diretora.

Portanto, o Líder é o deputado Sérgio Passos, que informa a retirada do PSDB do Bloco nesse instante.

Ainda que houvesse dois, quero dizer que é um fato público e notório, até porque todos os deputados presentes àquela sessão comemorativa, solene, receberam o convite que V.Ex<sup>a</sup> nos fez para a sua filiação e de mais três deputados ao Partido Democrático Trabalhista, na semana passada, no Centro de Convenções. Fato amplamente divulgado.

Se o deputado Emério Resedá não cumpriu o Regimento e não comunicou à Assembleia Legislativa a sua desfiliação do PSDB e, por via de consequência, a sua filiação ao PDT, ele prevaricou. E não é a partir da prevaricação de um deputado que pode ser prejudicado um partido ao qual ele nem mais pertence. Simplesmente por não haver comunicado, quando é fato público e notório... E evoco o testemunho de V.Ex<sup>a</sup>, dos deputados João Bonfim, Paulo Câmara e dos demais parlamentares que participaram da sessão em que o deputado Emérico Resedá se filiou. E não informar é prevaricar.

Ele é membro, hoje, do Partido Democrático Trabalhista. Portanto, de posse desse requerimento de retirada do PSDB do Bloco a que pertencia, assinado pelo deputado Sérgio Passos, atualmente só integram o Bloco cinco Srs. Deputados. O art. 34 do Regimento impõe o desfazimento do Bloco. Se o Bloco não existe, V.Ex<sup>a</sup> tem que anunciar a dissolução das comissões para recomposição, porque, não existindo o Bloco, não tem direito, pela proporcionalidade, a ter um membro em cada comissão.

V.Ex<sup>a</sup> não pode, sob pena de prevaricação, ignorar um fato público e notório que, inclusive, o senhor presenciou e participou, que foi a filiação do deputado Emério Resedá – que, convenientemente, não se encontra aqui hoje para informar o que a Bahia inteira sabe –, ao PDT, naquele ato público no Centro de Convenções.

Mas, mesmo que ele ainda fosse do partido, há apenas um Líder. Da mesma forma que V.Ex<sup>a</sup> decidiu a respeito do deputado Jurandy Oliveira levar o PRTB para o Bloco do governo, o Líder do partido – já que o deputado Emério era Vice-Líder e V.Ex<sup>a</sup> é o presidente da Casa – informa que não faz mais parte desse Bloco. Ele lhe encaminhou isso. Então não vejo outra medida a não ser V.Ex<sup>a</sup> ler, como leu o requerimento do deputado Paulo Câmara, a comunicação do deputado Sérgio Passos retirando o seu partido desse Bloco. E assim declará-lo extinto, determinando a dissolução das comissões para recomposição.

Era essa a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar Nascimento, V.Ex<sup>a</sup> comete um equívoco, pois o Líder do PSDB é o deputado Emério Resedá.

O Sr. Elmar Nascimento:- Ele é Vice-Líder.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O Líder do partido é o deputado Emério Resedá. Sou testemunha...

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, ele não se filiou ao PDT?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, primeiro, o Líder do PSDB, quando eu ainda estava nesse partido, era o deputado Emério Resedá. Esse é um fato. Segundo, não compete à Presidência julgar porque o deputado Emério Resedá não comunicou. Só posso publicar a mudança de qualquer deputado quando ele comunica. Há deputados que já entraram em outro partido e não me comunicaram.

O Sr. Elmar Nascimento:- Mas V.Ex<sup>a</sup> sabe.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, o que vale é o oficial. O deputado Emério Resedá até o momento não comunicou à Presidência da Casa. Não posso dizer que ele está em outro partido. Não posso. É problema do deputado, que tem fé de ofício. Quando ele me informar, mandarei publicar.

Quero registrar que vários deputados já mudaram de partido e não comunicaram à Presidência. Não tenho vara de condão nem posso adivinhar quais são os deputados do partido.

Srs. Deputados, não compete ao deputado Marcelo Nilo julgar por que o deputado Emério Resedá até o momento não comunicou. Não compete à Presidência, não é o meu dever. E todos nós sabemos aqui que o deputado só muda de Partido quando comunica a esta Casa.

(Vários Srs. Deputados se manifestam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para mim, quando comunica.

Srs. Deputados, vamos ter calma, porque todos os deputados aqui sabem que só posso mandar publicar mudança de Partido o deputado me comunicando. Não compete ao presidente perguntar ao deputado Emério Resedá por que ele não comunicou. Compete ao presidente... se enviar, eu publico.

Indefiro a questão de ordem.

Vamos votar o requerimento nº...

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quem quer questão de ordem? O deputado Paulo Azi quer questão de ordem?

O Sr. Paulo Azi:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

Questão de ordem do deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, nós estamos...

(Tumulto em plenário.)

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente Marcelo Nilo,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Paulo Azi:- (...) nós estamos, Sr. Presidente, infelizmente, assistindo a uma cena deplorável neste Parlamento...

(Tumulto em plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, o deputado Paulo Azi está numa questão de ordem. Srs. Deputados, faço um apelo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu gostaria que reforçassem a segurança aqui do plenário.

Deputado Paulo Azi, prossiga, por favor.

Deputado Javier e deputado Elmar, por favor.

Deputado Paulo Azi, questão de ordem de V.Ex<sup>a</sup>.

(Tumulto em plenário.)

O Sr. Euclides Fernandes:- Sr. Presidente,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, o deputado Elmar Nascimento e o deputado Gaban não vão poder ficar ali. Faço um apelo, não podem invadir o plenário nessas condições, faço um apelo a V.Ex<sup>as</sup>. Na tribuna só quando o deputado for convidado.

Questão de ordem do deputado Paulo Azi. Pode prosseguir, deputado.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faço um apelo a V.Ex<sup>as</sup>, aqui é uma Casa de irmãos, ninguém aqui vai ganhar no grito nem na força física. Aqui é a Casa do argumento.

Deputado Paulo Azi, V.Ex<sup>a</sup> pode prosseguir a questão de ordem.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, esta Casa tem assistido a uma sessão lamentável. O governo se utiliza de todos os meios, e quero dizer que, infelizmente, com a condescendência de V.Ex<sup>a</sup>, para, de forma truculenta, autoritária e ilegal, alterar o Regimento Interno desta Casa. As diversas questões de ordem, Sr. Presidente, indeferidas por V.Ex<sup>a</sup> no dia de hoje rasgam o Regimento desta Casa. Acho até que V.Ex<sup>a</sup> deveria propor que esta Casa fizesse um novo Regimento, porque esse V.Ex<sup>a</sup> já rasgou.

Espero, deputado Marcelo Nilo, que V.Ex<sup>a</sup> também não rasgue a Constituição, deste Estado. V.Ex<sup>a</sup> tem, por reiteradas vezes, em todas as decisões que toma na Presidência deste Poder, afirmado que qualquer ato só tem validade quando publicado no Diário Oficial deste Poder. Pois bem, Sr. Presidente, quando se iniciou esta sessão, eu disse a V.Ex<sup>a</sup> que a considerava irregular e ilegal porque, no dia de hoje, tive o cuidado de olhar o Diário Oficial, e sei que dois projetos do poder Executivo sobrestam a pauta. A Constituição, no art. 79, é muito clara: nada pode ser votado até a apreciação desses dois projetos. E não vi publicação no Diário Oficial, de nenhuma solicitação do governador Jaques Wagner para a retirada desses projetos...

Sr. Presidente, quero concluir a minha questão de ordem. V.Ex<sup>a</sup> não tem atenção...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Conclua. Estou ouvindo V.Ex<sup>a</sup>, deputado. Eu ouço é com os ouvidos.

O Sr. Paulo Azi:- Então, Sr. Presidente, não vi nenhuma publicação no Diário Oficial retirando esses dois projetos da pauta desta Casa. E sendo assim, V.Ex<sup>a</sup> não poderia...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de que o deputado Arthur Maia saísse de perto de mim. Não gosto de V.Ex<sup>a</sup> aqui ao meu lado. Deputado, gostaria que V.Ex<sup>a</sup> se retirasse daqui, por favor. Ofenda de público que eu aceito.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Eu não ofendi V.Ex<sup>a</sup>.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu ouvi. Por favor, peça uma questão de ordem e fale. Assim não é possível... Eu ouço o orador e V.Ex<sup>a</sup> aqui no meu ouvido... (inaudível)

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, eu quero apelar para a coerência de V.Ex<sup>a</sup>. Por diversas vezes V.Ex<sup>a</sup> decidiu nesta Casa, justificando com a publicação dos atos no Diário Oficial. Não houve publicação no Diário Oficial de qualquer ato, de qualquer comunicação de S. Ex<sup>a</sup> o Governador retirando esses projetos. Portanto, no início desta sessão legislativa a pauta estava sobrestada. E estando sobrestada, V.Ex<sup>a</sup> não poderia deferir uma nova sessão extraordinária nesta Casa.

Peço, Sr. Presidente, à luz do que determina a Constituição do nosso Estado, que V.Ex<sup>a</sup>, determine que esta sessão seja nula, porque ela não poderia ser iniciada enquanto não houvesse vencido o sobrestamento de pauta dos projetos do Poder Executivo.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concederei.

Deputado, V.Ex<sup>a</sup> sabe do apreço e admiração que lhe tenho, mas precisa ler o

Regimento. Olha o que o art. 120 diz: “Até o anúncio da votação...”

O Sr. Paulo Azi:-Eu não estou sabendo que V.Ex<sup>a</sup> tinha mandado publicar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas deputado, eu vou retirar, eu vou ler, não chegou... Mas deputado... Até a hora da votação, deputado. Até a votação, deputado.

Srs. Deputados, gostaria de dizer o seguinte: que a Diretoria Administrativa da Casa mande consertar os microfones que foram retirados pelo deputado Gaban e desconte no contracheque dele. (Palmas)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Isso é inaceitável, deputado! V.Ex<sup>a</sup> foi presidente da Casa! Tenho apreço e admiração por V.Ex<sup>a</sup>, que é meu amigo pessoal, um deputado de valor... Hoje, na reunião com a Oposição, elogiei V.Ex<sup>a</sup>. Agora, é inaceitável que V.Ex<sup>a</sup>, ex-presidente da Casa, quebre os microfones.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Darei a V.Ex<sup>a</sup> a questão de ordem em momento oportuno.

(O Sr. Paulo Azi fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, estão aqui, assinados pelo governador Jaques Wagner...

(O Sr. Paulo Azi fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas só posso anunciar na votação, deputado.

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex<sup>a</sup> não retirou esse projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está retirado, deputado! O art. 120 diz que até a votação...

(O Sr. Paulo Azi fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, deputado, já foi retirado! Vou anunciar, deputado!

Concedi uma questão de ordem a V.Ex<sup>a</sup>.

Deputado, o governador Jaques Wagner enviou para esta Casa: “Cumprimentando V.Ex<sup>a</sup>, venho solicitar que seja retirado da pauta dessa augusta Assembleia...”

(O Sr. Paulo Azi fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Leia, deputado, o art. 120.

“(...) o projeto de lei nº 18.068/2009, que institui a Ordem Dois de Julho, Libertadores da Bahia, e dá outras providências.”

O governador Jaques Wagner foi de acordo com o deputado Waldenor Pereira!

O Sr. Elmar Nascimento:- Não está na pauta desta sessão, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas foi retirado, deputado! Já está retirado! Mas, deputado, tenho que anunciar na hora da votação! Está retirado. Quando o deputado Waldenor Pereira convocou, juntamente com os 21, esse processo já estava retirado, deputado!

O Sr. Elmar Nascimento:- Esse requerimento não está na pauta da

extraordinária, Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas não precisar estar na pauta, porque eles não serão votados! Por favor, até a hora da votação eu iria colocar esses requerimentos...

(O Sr. Paulo Azi fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, quando V.Ex<sup>a</sup> questionou, e se qualquer deputado questionasse, eu iria anunciar que já foi retirado, deputado. Jamais votaria outros projetos se o governador...

(O Sr. Elmar Nascimento fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas esse aqui já está retirado. Como é que vai para pauta se está retirado, deputado? Por favor, está dado como retirado! Como é que vai para votação se está retirado? Como é que vou votar, deputado? Tenham bom senso! Srs. Deputados, faço um apelo a V.Ex<sup>as</sup>!

Deputado, o governador só tem poder de retirar se o Líder do governo estiver de acordo! Está protocolado! Os projetos estão retirados!

(O Sr. Paulo Azi fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, não precisa... Leia o art. 120, deputado! Vou ler para os Srs. Deputados: até o anúncio da votação poderá ser requerido... Deputado, está no Regimento que não precisa ser publicado! V.Ex<sup>a</sup> foi Líder do governo, por favor! Está aqui, deputado, até o anúncio da votação pode ser retirado...

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Waldenor.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, queria, mais uma vez, de forma ponderada, calma, invocar o Regimento desta Casa, tão reclamado tantas vezes pelas Lideranças da Oposição. O art. 120 é muito claro, muito preciso. O art.120 do Regimento Interno diz que, até o anúncio da votação, poderá ser requerida a retirada da proposição, e no seu parágrafo 1º diz que a iniciativa prevista no inciso I está sujeita à aquiescência do Líder do governo. Decidiu o requerimento, foi dada entrada na Mesa, protocolado com a minha quiescência, com a minha assinatura e, portanto, a medida adotada dando-se entrada à Mesa dos trabalhos, protocolando-se com a assinatura do Líder do governo, está de acordo com o que estabelece o art. 120.

Infelizmente, compreendemos os colegas deputados da Oposição, que num esforço sobre-humano apresentam mais uma questão de ordem que não tem sustentação, não encontra acolhimento no Regimento da Casa e, portanto, V.Ex<sup>a</sup> mais uma vez tem razão em não acolher essa questão de ordem porque ela não encontra guarida no Regimento da Casa, que não exige publicação. O governador do Estado, segundo o inciso I, até o início da votação, pode requerer a retirada de qualquer matéria. Isso é claro, transparente, não há dúvidas a respeito dessa matéria, ainda que o deputado Paulo Azi, num esforço sobre-humano, queira alterar o que recomenda o Regimento desta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de solicitar de V.Ex<sup>a</sup>, lamentando o

comportamento de falta de decoro de alguns colegas, inclusive retirando o microfone da tribuna, que desse continuidade à sessão. Pretendemos votar o projeto, a nossa Bancada está aqui unida, firme, decidida, e vamos solicitar de V.Ex<sup>a</sup> que faça cumprir o Regimento, dando continuidade à sessão para que possamos apreciar e votar as proposições que se encontram sob apreciação deste Plenário.

Sr. Presidente, agradeço pela tolerância, o Regimento é claro, transparente, preciso, não há nenhuma dúvida a respeito do que estabelece o art. 120, que permite a retirada dos projetos que estavam sobrestando a pauta, eles foram protocolados na Secretaria da Mesa desta Casa Legislativa e, portanto, solicito a V.Ex<sup>a</sup> que dê continuidade à sessão, ainda que trabalhando provisoriamente com algum outro microfone que possa indicar para a leitura do relatório quando assim for determinado por V.Ex<sup>a</sup>.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, faço um apelo a V.Ex<sup>as</sup>, vamos manter a calma, vamos respeitar e, se alguém me convencer, dentro do Regimento, podem ter certeza de que deferirei, mas o art. 120 é de muita clareza. Até o anúncio da votação, poderá ser requerida, está escrito aqui, esse Regimento foi para que S.Ex<sup>a</sup>, o governador, de acordo com o Líder do governo, possa retirar.

Gostaria aqui de pedir desculpas ao deputado Arthur Maia. Deputado, gostaria de pedir de público desculpas a V.Ex<sup>a</sup>, compreenda a situação aqui, acabei cometendo uma injustiça com V.Ex<sup>a</sup>, que não me ofendeu, lhe peço desculpas, sou uma pessoa que, quando comete um equívoco, gosta de reconhecer aqui de público.

Mas, Srs. Deputados, vamos manter a calma, é inaceitável que se retire aqui o microfone, é inacreditável, a que ponto chegamos! Esta é a Casa do contraditório. Ofender um colega deputado é inaceitável.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, primeiro, estranho as críticas que V.Ex<sup>a</sup> me faz, como ex-presidente da Casa. Por mais amizade e respeito mútuo que tenhamos, gostaria de lembrar a V.Ex<sup>a</sup> inicialmente que por diversas vezes, e hoje foi uma delas, V.Ex<sup>a</sup> me pediu para interceder para que procurássemos o consenso, e assim procedi. Informei o fato a V.Ex<sup>a</sup>, e V.Ex<sup>a</sup> estava informado do clima que está aqui, porque está se rasgando mais uma vez o Regimento Interno da Casa.

Não danifiquei nada da Casa, Sr. Presidente. Se há alguém que trabalhou para melhorar a infraestrutura da Casa, fui eu. Apenas desatarraxe e guarde os microfones, estão devidamente guardados os microfones, para ver se prevalece o bom senso, Sr. Presidente. Gostaria de que V.Ex<sup>a</sup> me apresentasse um caso de um projeto retirado, porque aqui não foi publicado um, um, sobretudo sob a administração de V.Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, V.Ex<sup>a</sup> tem exigido que um parlamentar, mesmo que V.Ex<sup>a</sup> tenha sido testemunha e aval na entrada que programou uma festa, que V.Ex<sup>a</sup> sabe que

mudou de partido, tem que vir, tem que publicar para ter fé. Um projeto do governo, Sr. Presidente, não vamos criar um tumulto maior.

Eu só procurei ajudar. Tirei os microfones, para ali não ter confusão maior. V.Ex<sup>a</sup> sabe que estão devidamente guardados em lugar seguro os dois microfones. Estou tentando ajudar a imagem da Casa para não ter uma briga aqui, como V.Ex<sup>a</sup> mesmo previu conversando conosco lá fora. Estou tentando ajudar, diminuir os ânimos.

Não pode, Sr. Presidente, depois, um documento que se deu entrada aqui, 9h50 da noite, só foi dado entrada porque conversamos com alguns assessores da Casa que havia projetos sobrestando a pauta. Esse funcionário da Casa, até fico triste, comunicaram a V.Ex<sup>a</sup> e ao Líder, ele mandou o governador às pressas trazer uma assinatura aqui. Não foi publicado, Sr. Presidente, não vamos rasgar a Constituição. Vamos fazer com que o bom senso prevaleça, Sr. Presidente. Estamos rasgando o Regimento. Não tem uma Casa Legislativa neste País que durante a legislatura mudou o Regimento Interno. Não podemos permitir, Sr. Presidente, que tem um passado de luta, um passado aguerrido aqui dentro, bem no mandato de V.Ex<sup>a</sup> a gente rasgar o Regimento, porque o governo não controla sua própria Bancada.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Questão de ordem.

O Sr. Gaban:- Não podemos ter um Regimento da Casa, Sr. Presidente! Por isso V.Ex<sup>a</sup> nos convidou para depois da reunião irmos ao seu gabinete para tentar um acordo. Mostramos a V.Ex<sup>a</sup> que tinha espaço para um acordo, mas não poderíamos votar de uma hora para outra, tinha que ampliar essa discussão e é isso que a gente tem procurado. Ao mesmo tempo, até numa demonstração de boa vontade, fiz apenas uma palavra e nem o líder, ninguém quis ler, depois o deputado Zé Neto, tem que fazer jus a ele, leu e disse: “É praticamente igual ao projeto nosso, é um projeto que atende a Secretaria da Fazenda, a essa categoria”. Não quiseram, apenas porque foi iniciativa da Oposição. Até a demonstração de boa vontade para votar com dispensa de formalidades, que é este projeto hoje e daria tempo para discutir.

Então, Sr. Presidente, finalizando, espero sinceramente que V.Ex<sup>a</sup>, como presidente que é deste Poder, que se diz autônomo, que encerre a votação de hoje ou então que se votem os projetos que estão em pauta. Acredito que não poderia votar, até em consideração ao Exm<sup>o</sup> Sr. Governador, porque às 21h50 é que se deu entrada neste documento, não deu tempo de publicar, que publique devidamente, amanhã, se for o caso, retire e se não tiver um acordo, aí – o pau que dá em Chico, dá em Francisco -, vamos ver o que ocorrerá na sessão de amanhã. Por isso, peço a compreensão de V.Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem.

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, veja bem, a questão de

ordem, primeiramente, é do deputado Elmar, pela ordem, ele pediu primeiro, aliás tem que alternar, deputado.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, não sou do Bloco do PMDB, não sou do Bloco da Oposição, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ele falou primeiro, deputado Gilberto Brito, ele pediu primeiro.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, logo no início da sessão, ouvi atentamente a leitura do requerimento de convocação de uma sessão extraordinária com a assinatura de mais de 21 Srs. Deputados de convocação de uma sessão extraordinária com pauta específica de, primeiro, aprovar o requerimento de urgência do projeto do subteto; segundo: votar o projeto de resolução da Assembleia Legislativa. Não constou da pauta específica os dois projetos que sobrestam a pauta.

Já teria que ter sido indeferido, não poderia se convocar novamente uma sessão extraordinária para votar projetos sem constar da pauta desta sessão extraordinária os dois projetos que sobrestam a pauta. E aí, presidente, a sessão transcorreu normalmente para votar esses dois projetos. O requerimento precisa constar da pauta específica, tanto é assim que há o requerimento de urgência.

Pois bem, aí o deputado Paulo Azi tem razão. Às 21h50min, tenho o documento em minha mão, foi protocolado um requerimento do Sr. Governador pedindo a retirada da urgência para os projetos. Esses projetos não constam desta sessão, eles são alheios. O deputado Paulo Azi tem completa razão porque se eles constassem da pauta da sessão poderiam ser retirados até o momento da votação. V.Ex<sup>a</sup> tem razão, mas eles não constam da pauta específica. Então essa convocação é nula. Não se poderia convocar uma sessão para votar projetos tendo outros projetos sobrestando a pauta. E esse requerimento é estranho a esta sessão. O requerimento, para ser lido, teria que constar da pauta, tanto é que há um requerimento de urgência que V.Ex<sup>a</sup> vai colocar em votação. O requerimento tem que constar da pauta específica. E apenas às 21h50min, inclusive a Secretaria da Mesa está fechada, chegou o ofício do Sr. Governador. Outra forma não pode porque há que se publicar para que produza os efeitos. Esse requerimento é completamente estranho a esta sessão. Porque esta sessão tem um objetivo específico que é votar dois projetos. Esse requerimento é estranho. Não se pode retirar a urgência de projetos que não constam da pauta. Eu não tenho culpa se comeram mosca, se a Liderança do Governo comeu mosca quando não pediu para incluir esses projetos a tempo de chegar o requerimento do Sr. Governador retirando. O senhor não pode retirar a urgência de projeto que não está na pauta.

O Sr. PRESIDENTE ( Marcelo Nilo ):- Deputado...

O Sr. Elmar Nascimento:- Eu tenho mais 2 minutos, presidente, para fundamentar a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE ( Marcelo Nilo ):- Pois não, desculpe-me.

O Sr. Elmar Nascimento:- Mas, ainda que prevalecesse o entendimento de V.Ex<sup>a</sup> de que não é preciso publicar por conta do artigo 120, de que até o horário da votação, essa votação é totalmente alheia, ela tem uma pauta específica para se votar

um requerimento de urgência e um projeto de resolução. Esse projeto não está aqui, ele não está em cima da Mesa. Ele não pode ser retirado porque ele não está pronto para ser votado. Se ele estivesse aqui, constasse da pauta dessa sessão extraordinária, tivesse aí pronto para ser votado, poderia ser retirado Sr. Governador, mas ele era da Ordem do Dia da sessão ordinária. Se antes da sessão acabar às 18h chega esse requerimento do Sr. Governador, estava retirada a urgência e poderia se convocar uma sessão extraordinária. Mas só agora chegou, presidente. A V.Ex<sup>a</sup> não cabe outra coisa senão mandar publicar para produzir efeitos. Ele não pode ser lido nesta sessão. É uma matéria completamente alheia ao objetivo desta pauta específica.

Então, presidente, pergunto a V.Ex<sup>a</sup>: qual é a legalidade da convocação de uma sessão para votar projeto que estava sobrestando a pauta, porque até às 21h50min esses projetos estão sobrestando a pauta. Como é que V.Ex<sup>a</sup> poderia atendendo aos 21, convocar para votar? Se nós não estivéssemos fazendo questão de ordem e obstruindo às 19h esse projeto não poderia ser votado porque estava sobrestando a pauta; só chegou às 21h50min. Até às 21h50min, é nula essa convocação extraordinária. Essa sessão extraordinária é nula porque não se pode votar projeto... Até às 21h50min não tinha sido retirado, é nula desde o início. Essa convocação não tem validade por questão constitucional, não é regimental não. É o Artigo 79 da Constituição do Estado que determina o sobrestamento da pauta e não se pode ignorar isso, presidente, pelo amor de Deus! Veja para onde V.Ex<sup>a</sup> está querendo levar esta Casa.

Não há outra forma de entendimento, presidente. Peço a V.Ex<sup>a</sup> que prevaleça o bom senso, mande publicar para que produza os efeitos legais, o requerimento do Sr. Governador. E caiu esta sessão porque é ilegal, convocada contra a Constituição. porque A pauta encontrava-se sobrestada e esses projetos não constavam da pauta específica da sessão extraordinária.

É essa a questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar, V.Ex<sup>a</sup> coloca que os requerimentos não foram anunciados. Vou ler para V.Ex<sup>a</sup>: *“Até o início da votação poderá ser requerida a retirada da proposição”*. Então, o que V.Ex<sup>a</sup> quer? Que eu convoque outra extraordinária? Já está retirada, concorda, aceita? Deputado, aceita que os dois projetos já estão retirados, porque já foram anunciados e o artigo diz que não precisa publicar.

Deputado Elmar Nascimento, a sessão não é ilegal porque 21 deputados requereram. Se o deputado Paulo Azi não fizesse o levantamento, eu não tenho o poder quando 21 Srs. Deputados fazem uma convocação, não tenho. Convocou, sou obrigado. O que não posso é que se deixe votar qualquer projeto. Se não votar primeiro o que está sobrestando a pauta. A pauta está sobrestada, tanto é que eu seria obrigado a votar os dois projetos anteriormente, mas como o governo retirou, estou retirando, deputado, não precisa ser publicado. O artigo 120 é claro. Aqui nesta Casa já foram retiradas diversas vezes.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Deputado Elmar, vou lhe fazer um apelo. Nós tivemos muitos embates aqui, não foram poucos e vamos tê-los. Aliás, na presidência da Comissão de Constituição e Justiça eu tenho, graças a Deus, que agradecer a Oposição que tem dado quórum, tem discutido os assuntos lá.

Hoje, pela manhã, tivemos um debate muito bom sobre o teto de 54% da Lei de Responsabilidade Fiscal dos prefeitos. Eu acho, deputado Arthur, inclusive o irmão de V.Ex<sup>a</sup> estava na Mesa comigo hoje na Comissão de Constituição e Justiça com o quórum da Oposição.

Pela manhã, demos uma demonstração de grandeza. Eu não me lembro, deputado Arthur, nos conhecemos desde o movimento estudantil, nós temos uma amizade de muitos e muitos anos, eu não me lembro de nenhum momento nesta Casa que nós tivéssemos a petulância de alterar uma vírgula em algum projeto dos governos passados. Uma vírgula! Hoje, nós alteramos praticamente todos os projetos que têm sido debatidos nesta Casa, a Oposição tem alterado no debate. Nós nos reunimos, alteramos a votação dupla, que caiu. Os nove para o ano que vem, as alterações com relação ao subteto, fizemos diversas alterações, não foi uma nem duas, foram muitas, deputado Elmar, deputado Clóvis Ferraz.

Não me recordo, deputado Marcelo, aqui nesta Casa de termos sequer acesso a qualquer alteração. Temos caminhado, esses tempos novos da política onde todo mundo pode falar o que quer, talvez nos tragam algumas situações como as de hoje. Agora, deputado Gaban, quero fazer um apelo, qualquer pessoa que olhar para a cabine de som verá, estou aqui muito triste, que estão arrancando os fios dos microfones. Deputado Arthur, vamos nos melindrar nos debates, porque daqui a pouco vão desligar as luzes, vão quebrar as câmaras. E vamos chegar numa situação vergonhosa para a população baiana.

Nós somos a Maioria e temos a maioria. O Regimento está ali, todos estão vendo claramente o que tem no artigo 120, no máximo a dúvida era cair a sessão que foi convocada e uma outra a ser convocada, e acabou a conversa. É coisa de 5 minutos. Eu até digo ao deputado Marcelo que pode caminhar por aí, porque não tem nada a ser feito a não ser isso. Isso não é dúvida porque dúvida não há. Se a dúvida prevalece, encerra-se a sessão e convoca-se outra e termina a conversa. É assim que funciona o Regimento, nós somos Maioria. Não há, deputado Elmar, aqui nesta Casa esse precedente aberto.

Acho que nós estamos pensando num caminho de democracia. O governo é Maioria mas muita coisa, deputado Paulo Azi, tem sido negociada. Eu digo e V.Ex<sup>a</sup> sabe que é incomparável o nível de negociação, de diálogo, falta muito, falta sabem o quê? Vocês ganharem as eleições para serem Maioria, falta muito mesmo. (Palmas)

Pediria ao deputado Marcelo que apenas conduzisse...no sentido de que, se houver alguma dúvida,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vejam bem, apenas para atender ao deputado Elmar, vou esclarecer: já existe uma outra convocação extraordinária.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundo. Já existe uma

convocação extraordinária, que já foi anunciada. Os dois projetos já foram retirados, porque o art. 120, do Regimento, diz que eles podem ser retirados a qualquer momento.

Então, para atender à Oposição e ratificar, mais uma vez, a minha boa vontade com V.Ex<sup>as</sup>., vou encerrar esta sessão extraordinária e convocar a próxima para um minuto após o encerramento desta.

Está encerrada, pois, esta sessão extraordinária, tendo em vista...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Elmar Nascimento:- V.Ex<sup>a</sup> está considerando ilegal esta sessão?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Na próxima sessão, darei a palavra a V.Ex<sup>a</sup>.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem.

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex<sup>as</sup>. querem a questão de ordem?

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A decisão já foi tomada.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faço um apelo a V.Ex<sup>as</sup>...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como?

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já que o deputado Paulo Azi...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Elmar Nascimento:- V.Ex<sup>a</sup> está considerando ilegal esta sessão?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, não a estou considerando ilegal, estou até atendendo a um apelo de V.Ex<sup>a</sup>!

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Esperem, esperem!

O Sr. Elmar Nascimento:- É ilegalidade?

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Esta sessão é legal!

(Vários deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quis apenas atender ao interesse de ambos. V.Ex<sup>a</sup> me pediu pela Base da...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Elmar Nascimento:- É ilegalidade?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não é ilegalidade, deputado! O que é isso?

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, deputado, pensava em atender a um apelo. Pensava ser unanimidade suspender a sessão e convocá-la novamente! O

deputado Zé Neto falou pelo PT, ou seja, pela Base do governo, e V.Ex<sup>a</sup> também falou...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se V.Ex<sup>as</sup> concordarem, suspendo! Repito, se V.Ex<sup>as</sup> concordarem, suspendo!

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Era isso que gostaria de dizer, ou seja, vou atender a um apelo de V.Ex<sup>a</sup>.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, deputado Paulo Azi, já encerrei, porque V.Ex<sup>a</sup> me pediu! V.Ex<sup>a</sup> não me pediu para encerrar?

O Sr. Elmar Nascimento:- V.Ex<sup>a</sup> não pode encerrar a sessão! Para que isso ocorra V.Ex<sup>a</sup> vai ter de ouvir os Líderes!

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, deputado, até quando atendo V.Ex<sup>a</sup> estou equivocado? (Risos!)

(Vários deputados pedem, ao mesmo tempo, questão de ordem.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Darei, deputado, darei!

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Esta sessão é ilegal, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, deputado, a sessão é legal! Já há uma convocação extraordinária! Entendam o que eu estou dizendo! V.Ex<sup>a</sup> é um deputado...

(Alguns deputados pedem questão de ordem.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Darei.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex<sup>a</sup> quer ou não quer que a sessão seja derrubada? Quer ou não quer?

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, por acordo de Líderes, pode-se suspender a sessão! Se V.Ex<sup>a</sup> me pede...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Os deputados de Oposição concordam que a sessão seja encerrada?

(Vários deputados pedem, ao mesmo tempo, questão de ordem.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Darei a questão de ordem!

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Os deputados da Oposição não concordam com o encerramento desta sessão.

Os deputados do Governo concordam? O deputado Waldenor Pereira concorda? Os deputados do governo concordam.

O Sr. Elmar Nascimento:- Já disse que V.Ex<sup>a</sup> não pode encerrar a sessão sem ouvir os Líderes!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar, até atendendo a V.Ex<sup>a</sup> estou equivocado? É um negócio assim...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Heraldo, deputado Gilberto, tenham paciência, por favor! Darei as devidas questões de ordem!

Deputado Heraldo, Vice-Líder da Oposição, V.Ex<sup>a</sup> concorda que eu derrube esta sessão? Quem é o Vice-líder da Oposição? Deputado Heraldo, V.Ex<sup>a</sup> aceita que eu derrube a sessão proposta pelo deputado Elmar? Esta é a minha pergunta, querido!

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, assisto, com bastante tristeza, e envergonhado, a este momento que estamos vivendo nesta Casa.

Pelo respeito que tenho à liturgia do cargo de V.Ex<sup>a</sup> de presidente desta Casa, quero dizer que o governo acabou e que estamos envergonhados, porque V.Ex<sup>a</sup> está sendo obrigado – permita-me dizer! – a rasgar o Regimento Interno da Casa e a Constituição estadual. Como V.Ex<sup>a</sup> quer que concordemos em encerrar uma sessão ilegal? Esta sessão é ilegal, isso já está provado por a+b pelos deputados Elmar Nascimento e Paulo Azi. Esta sessão que V.Ex<sup>a</sup> preside é ilegal, presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex<sup>a</sup> não concorda que eu a encerre?

O Sr. Heraldo Rocha:- De forma nenhuma!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem!

O Sr. Heraldo Rocha:- Não podemos discutir algo ilegal! Como vou concordar com uma sessão ilegal?

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado. Eu lhe agradeço.

Continuando a sessão, com a palavra o deputado Gilberto Brito para uma questão de ordem.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Marcelo, pacientemente, por mais de uma hora, fiz aqui o pedido de questão de ordem, mas cheguei à conclusão de que, às vezes, a conquista deste espaço é bem apropriada para quem ganha no grito.

Infelizmente, somos 14 milhões de baianos, e as demonstrações vivas a que assistimos aqui nesta Casa, hoje, é, sem dúvida nenhuma, coitados dos 14 milhões de baianos!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gilberto, estou presidindo a sessão e vendo quem está pedindo questão de ordem. V.Ex<sup>a</sup> pediu há 5 minutos, pelo menos. Foi isso que vi.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Arthur Maia.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Sr. Presidente, veja bem, às 18h30m iniciou-se esta sessão extraordinária, cujo ofício ainda prevalece aí na Mesa, convocada às 14h30m, com a pauta específica de apreciar 2 projetos: um projeto de resolução e uma urgência, salvo engano.

Às 14h30m teve a sessão ordinária nesta Casa, e às 18h30m ou próximo disso foi iniciada a dita sessão extraordinária. V.Ex<sup>a</sup> concorda?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A sessão extraordinária começou às 21h18m.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Então entre 21h18m e 21h55m esta sessão ocorreu contrariando a Constituição da Bahia, que determina que não pode haver nenhum tipo de apreciação de projeto quando existirem outros que sobrestejam a pauta. De sorte, Sr. Presidente, que a sessão é nula, não pode deliberar absolutamente nada.

Não podemos sequer, nesta sessão extraordinária nula, fazer qualquer tipo de deliberação. Nem podemos nesta sessão receber aqui a leitura do expediente enviado pelo Sr. Governador Jaques Wagner. Também não podemos nesta sessão aceitar a convocação de uma nova, porque esta está acontecendo ao arrepio da lei, Sr. Presidente.

V.Ex<sup>a</sup> há de convir que entre o momento em que ela foi iniciada e, só depois, o momento em que foi dada entrada a esse ofício, ainda que considerasse...

Eu discordo plenamente da tese de que esse expediente não tem que ser publicado. Ele pode ser publicado antes da hora da votação e retirado de pauta, mas não ser publicado?! Na minha opinião, ele não tem efeito. É a questão de quem pode mais e quem pode menos.

Imagine, Sr. Presidente se um deputado que teve a sua filiação publicada em todos os meios de comunicação com a presença do parlamentar que é o representante oficial da Casa, o senhor... À filiação do deputado Emério Resedá ao PDT, V.Ex<sup>a</sup> assistiu. E isso não serve como prova suficiente para que reconheça que ele não pertence mais aos quadros do PSDB?! Imagine V.Ex<sup>a</sup> receber um ofício, não publicá-lo, acatar e entender que ele não seja necessário, mas pode ser simplesmente considerado em uma sessão nula!

Sr. Presidente, solicito-lhe na direção desta minha questão de ordem que encerremos os trabalhos, publique-se a retirada de pauta do enviado pelo governador e a partir da publicação seja convocada uma sessão extraordinária para votar o que bem se entender.

É nesta direção, Sr. Presidente, a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Arthur Maia, o Regimento é muito claro: quando 21 deputados fazem a convocação, sou obrigado a mandar informar. A Presidência não poderia votar qualquer projeto se outro projeto estiver sobrestando.

O deputado Paulo Azi, feliz como é, competentemente fez a questão de ordem informando que 2 projetos estavam sobrestando a pauta. No mesmo instante informei que esses já estavam retirados porque, se não tivesse o art. 120, eu deferiria a questão de ordem do deputado Paulo.

Quero registrar aqui com muita clareza, deputado Arthur, que o Líder do governo, não me lembro, por diversas vezes vários Líderes do governo retiraram no mesmo horário, imediatamente, quando havia um problema político. Não precisa

publicar, porque o artigo 120 é muito claro: até o anúncio da votação poderá ser pedida a retirada. Deputado Arthur, V.Ex<sup>a</sup> é um deputado preparado, tem bom senso, vou ler com muita calma, inclusive para as Galerias, para a imprensa e para as pessoas que nos acompanham pela *TV Assembleia*.

O artigo 120 diz o seguinte: “Até o anúncio da votação” – anúncio da votação – “poderá ser requerida a retirada da proposição: I - pelo Governador do Estado para os Projetos de sua autoria”. Está claro, deputado, está claro. Eu faço um apelo a V.Ex<sup>as</sup>, mas é muito claro o artigo.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só gostaria que fosse breve, deputado, por favor.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, ele é tão claro, Sr. Presidente, que ele poderia ser retirado se constasse da pauta, ele não consta da pauta.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas não precisa estar na pauta. Ele já está na pauta em qualquer projeto...

O Sr. Gaban:- Então a sessão é nula. Mas, Sr. Presidente, foi anunciado para votação desta sessão extraordinária um projeto da Mesa e um que seria o do Fisco. Entendeu, Sr. Presidente? Então, o que constava da pauta... V.Ex<sup>a</sup> não pode retirar o que não estava constando da pauta da sessão. O artigo 120 é claríssimo, ninguém duvida dele. Se estivesse constando da pauta esses dois projetos do governo que estão sobrestando a pauta e o Exm<sup>o</sup> Sr. Governador resolvesse retirá-los, V.Ex<sup>a</sup> teria toda a razão. Agora, o que acontece, Sr. Presidente, é que não constava da pauta. Então a sessão extraordinária convocada é irregular, Sr. Presidente. É muito claro isso, não há dúvida.

Eu gostaria de que o Dr. Carlos, que é assessor da Mesa há muitos anos, tivesse só atenção, porque o que estou questionando é que não constava da votação. Então a sessão extraordinária que foi convocada é nula, porque desconsiderou os dois projetos que estavam obstruindo. Se constasse da sessão extraordinária a votação dos dois projetos que sobrestavam a pauta e o Exm<sup>o</sup> Sr. Governador desse entrada, como deu, retirando os dois projetos, permaneceriam os demais. Mas esta sessão está nula, ele está retirando o que não tem. Gostaria de que pedisse o parecer de Dr. Carlos e V.Ex<sup>a</sup>, que conhece também o Regimento, tomasse a decisão acertada, que é o que esperamos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Carlos Gaban, os projetos, quando sobrestam a pauta, já estão na Ordem do Dia, não precisa estar na sessão. Srs. Deputados da Oposição, há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados, que requerem, na forma do artigo 92 do Regimento Interno, a convocação de sessão extraordinária para apreciar os seguintes projetos...

Está faltando para quando é a convocação. Nesse caso, indefiro e peço que traga dizendo quando é a convocação. Eu indefiro este.

Srs. Deputados, há um requerimento assinado aqui, acredito, por mais de 21 Srs. Deputados, que requerem a convocação de sessão extraordinária para apreciação do projeto de lei sobre a proibição ao Estado da Bahia de consumo de produtos

derivados de tabaco em recinto coletivo fechado e dá outras providências. Não passou ainda por nenhuma Comissão.

E vou deferir que ela seja iniciada um minuto após o encerramento da Extraordinária seguinte, que foi convocada anteriormente, para depois ser essa.

Portanto está convocada, primeiro essa Sessão, segundo, a outra.

Há também agora um requerimento assinado pelo Líder do Governo, deputado Waldenor Pereira, que requer, nos termos do art. 89, parágrafo único, do Regimento Interno, a prorrogação da presente Sessão pelo tempo de 600 minutos, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.

Questão de Ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, V.Ex<sup>a</sup> lê aí, apesar de todos os argumentos apresentados, está sendo desconsiderado, rasgado o Regimento Interno. E agora também rasgada a Constituição do Estado da Bahia, quando insiste em atender ao Líder do Governo que quer rasgar também a Constituição e o Regimento Interno desta Casa, para que prevaleça a vontade daquele que está, hoje, provisoriamente, à frente dos destinos da Bahia.

Felizmente para os baianos só restam um ano de três meses para que esse desgoverno que conseguiu tirar a Bahia que sempre foi para o Brasil, vamos dizer assim, uma referência nacional em termos de Secretaria da Fazenda; este governo transformou a Secretaria da Fazenda num cabide de emprego de um determinado Partido político no Estado.

Em consequência a Bahia hoje é o último Estado do Nordeste em crescimento de arrecadação, o penúltimo do Brasil. Um Estado, Sr. Presidente, que gastou nos oito primeiros meses deste ano 661 milhões a mais do que arrecadou com folha de pessoal e tenta passar para a população uma mentira dizendo que é em função da crise, parecendo que a crise só afetou o Estado da Bahia, desconhecendo quando falam do refino do petróleo, que lá no Rio de Janeiro a arrecadação de ICMS cresceu 10,5% e na Bahia caiu 4,6%. Isso mostra a incompetência do governo.

Agora vem apresentando ...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, deputado, olha a Questão de Ordem.

O Sr. Gaban:- E estou formulando, Sr. Presidente; está dentro dos meus cinco minutos.

E dentro desse raciocínio, Sr. Presidente, comparamos com muita tristeza, deputado Waldenor, que o governo do Ceará, que tem a metade da arrecadação do Estado da Bahia, investiu mais de 280 milhões nesses dois anos e meio em segurança pública. A Bahia, na contra-mão da história, nesses dois anos e meio, investiu 88 milhões. Investiu em segurança pública 57,8 milhões em 2007. Em 2008 investiu apenas 18,8 milhões, menos de um terço do ano anterior. E agora, para tristeza dos baianos, investiu apenas 12 milhões, menos que 9%.

Na medida em que diminui o investimento em segurança, cresce a insegurança que culminou com os bandidos, o crime organizado primeiro queimando ônibus, atacando postos da Polícia Militar e agora se descobre um código de ética do crime

organizado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, faça o favor, crime organizado numa Questão de Ordem?! Por favor, eu faço um apelo a V.Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Gaban:- Estou concluindo, Sr. Presidente. Até os bandidos mandam nas delegacias, mandam nas penitenciárias ...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, eu faço um apelo a V.Ex<sup>a</sup>, penitenciária numa Questão de Ordem, deputado?!

O Sr. Gaban:- Dentro dessa formulação que fiz de que infelizmente existe um código de ética dominado pelo crime organizado, peço que, pelo menos, pelo menos, a gente não rasgue mais uma vez o Regimento. E seja permitido para a Minoria nesta Casa, por enquanto, porque até o ano que vem, pelo transcorrer da carruagem, quem teve cinquenta e tantos já tem 35..., mas enquanto vocês não mudam, que a gente possa pedir uma verificação de quórum de votação, porque daqui a pouco nem isso poderemos fazer nesta Assembleia que se afunda aos mandos e desmandos do governador Wagner. Sendo assim, que seja feita a verificação de quórum de votação, enquanto ainda temos este direito.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, numa questão de ordem não podemos falar de penitenciárias ou de crime organizado. Faço um apelo aos Srs. Deputados, porque questão de ordem é para questões regimentais. Não aceitarei mais isso! Para quem quer que seja, a questão de ordem só poderá versar sobre o Regimento.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- Para mim isso é algo inusitado nesta Casa. Por favor, leia aquele requerimento que a Oposição fez, que o deputado Elmar entregou a V.Ex<sup>a</sup>, solicitando a sessão extraordinária após o término de outra para analisar um projeto. Gostaria de que V.Ex<sup>a</sup> lesse esse requerimento para mim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- (Lê) *“Dispõe sobre a proibição ao Estado da Bahia do consumo de produtos derivados de tabaco em recintos coletivos fechados, e dá outras providências.”*

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, manda o Regimento, embora não possa citar aqui o artigo, e peço permissão a V.Ex<sup>a</sup> para apenas comentar o assunto... Esse projeto não está devidamente instruído, há outros projetos similares, inclusive protocolado anteriormente a esse, que é da minha autoria. Manda o Regimento que, quando há mais de um projeto sobre o mesmo tema, se anexem todos os projetos num só, Sr. Presidente. Então não se pode convocar, pois é um caso inusitado! Assim inverteremos a ordem desta Casa, Sr. Presidente.

Há 3 projetos nesse mesmo sentido, e o primeiro protocolado nesta Casa foi o nosso. Não se pode, através de uma sessão extraordinária, pinçar um projeto sem que ele esteja devidamente instruído, os projetos similares devem ser anexados para podermos apreciá-los num só conjunto, Sr. Presidente.

Se eu estiver equivocado, Sr. Presidente, por favor me corrija, mas para mim é

uma questão inusitada! Um cidadão protocolou um projeto há 3 anos, outra pessoa protocolou um projeto ontem, solicita uma sessão extraordinária e o faz passar na frente de outros projetos. Para mim é algo inusitado!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Solicito que o painel seja zerado e que os 25 minutos sejam marcados.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- O que votaremos, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Votaremos a prorrogação da sessão, deputado.

Srs. Deputados que estão no cafezinho, no salão nobre ou nos gabinetes, há uma verificação de quórum de votação solicitada pelos deputados Gaban e Pedro Alcântara. Os Srs. Deputados que queiram votar marquem as suas presenças.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Aderbal Fulco Caldas. Posteriormente, falarão os deputados Álvaro Gomes e Gaban.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sr. Presidente, apenas para acalmar os ânimos, gostaria de convidar os Srs. Deputados e Deputadas presentes para a sessão especial de quinta-feira que concederá o Título de Cidadão Baiano ao Dr. Álvaro Rabelo Júnior, presidente da Fundação Baiana de Cardiologia, e ao Dr. George Barreto de Oliveira.

Sr. Presidente, a respeito dos assuntos que se discutiam aqui, acredito que não se faz necessário sequer olhar o Regimento, porque quanto a retirada dos projetos de pauta, isso é um princípio universal, ou seja, quem propõe também pode desistir, quem reivindica, a qualquer instante, pode desistir do que se está reivindicando, salvo se tiver representando o direito de menor ou de incapaz. Contudo, se estiver representando o direito legitimamente, ele pode a qualquer momento desistir, se ele pode reivindicar também pode desistir.

Outra coisa, Sr. Presidente, aqui estão sendo feitas várias coisas contrárias ao Regimento, tendo em vista que este nos diz que o presidente, quando está com a palavra, não pode ser interrompido. E V.Ex<sup>a</sup> é interrompido a todo instante. Isso é antirregimental. E mais, para o senhor decidir alguma pendência, terá de ser provocado. Como presidente, tal qual um juiz, só poderá despachar aquilo que foi requerido, provocado.

Por exemplo, se for posta em votação alguma matéria, e só houver 2, 3, 8 ou 10 Srs. Deputados, V.Ex<sup>a</sup> não pode, por sua iniciativa, dizer que não existe quórum. Terá de ser provocado, ou seja, alguém deverá pedir verificação de quórum para que o senhor possa se manifestar. Enfim, a Presidência só pode decidir se provocada ou requerida. Isso é elementar.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado o requerimento do deputado Waldenor Pereira prorrogando a sessão por 600 minutos.

Srs. Deputados, a Presidência tem sido muito tolerante hoje. Já são 68 questões de ordem. Ninguém pode acusar o presidente de não ter sido tolerante. Entretanto não vou conceder mais, exceto se for regimental. Peço desculpas aos Srs. Deputados que não pediram questões de ordem, mas o presidente as concede, politicamente, para que o clima melhore e os conflitos fiquem bem esclarecidos.

Contudo faço um apelo, pois há deputado que já pediu 11 questões de ordem. Existe a hora para debater, mas já estamos no momento da votação. Por isso, faço um apelo ao deputado Gaban para que seja breve.

O Sr. Gaban:- Com todo o respeito, deputado Heraldo Rocha, que tenho por V.Ex<sup>a</sup>, como parlamentar e como Líder da Oposição, gostaria de solicitar que o senhor retirasse o meu nome. Embora muito honrosa a sua indicação – como também a confiança dos demais membros da Oposição – para participar dessa comissão, peço-lhe que retire o meu nome, porque não vou participar de uma brincadeira chamada Comissão de Reforma do Regimento. Recuso-me a endossá-la depois de o Regimento ter sido rasgado.

Então, com todo o respeito, peço a V.Ex<sup>a</sup> que indique outro membro, porque a partir deste momento – já que foi rasgado o Regimento – estou fora dessa brincadeira chamada Comissão de Reforma do Regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há um requerimento, assinado pelo Líder Waldenor Pereira, solicitando, nos termos do art. 74, inciso II do Regimento Interno desta Casa, urgência para a tramitação do projeto de lei nº 18.292/09, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre o subsídio do governador, vice-governador e secretários de Estado, e da outras providências.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. HERALDO ROCHA:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, representantes da imprensa, servidores que nos dão a honra de suas presenças, é cômico, mas também é trágico. Peço desculpas à Bahia por esse momento...

Deputado Javier, V.Ex<sup>a</sup> quer vir à tribuna?

É triste o que está acontecendo com esta Casa! Vejam, senhoras e senhores, Sr. Presidente, que eu e V.Ex<sup>a</sup> somos, talvez com exceção do deputado Reinaldo Braga e do deputado Pedro Alcântara, os que temos o maior tempo de presença nesta Casa. Faço, no ano que vem, como V.Ex<sup>a</sup>, 20 anos como deputado. E nunca vimos um presidente desta Casa tomar uma atitude como a que V.Ex<sup>a</sup> tomou. V.Ex<sup>a</sup> rasgou o Regimento Interno da Casa, V.Ex<sup>a</sup> rasgou a Constituição do Estado.

O governo do Exm<sup>o</sup> Sr. Jaques Wagner não confia em sua Bancada. Hoje, disse numa reunião de Líderes e vou repetir desta tribuna: “Fico triste quando V.Ex<sup>as</sup> da Base do governo precisam ser patrulhados por servidores do Estado.” Hoje, o cafezinho permanece com funcionários, verificando se V.Ex<sup>as</sup> estão aqui ou não. Isso é uma vergonha para este Parlamento.

Comuniquei ao Sr. Presidente, em defesa dessa Bancada – são meus colegas, são deputados como eu! –, que às vezes são 2, às vezes 3 ou 4 funcionários que ficam aqui, e os deputados ainda lhes fazem carinhosas recepções. V.Ex<sup>as</sup> se apequenam!

V.Ex<sup>as</sup> se entregam a funcionários que ficam fiscalizando-os, patrulhando-os. Que coisa triste, vergonhosa para este Parlamento!

Deputado João Carlos Bacelar, V.Ex<sup>a</sup> que está nesta Casa há pouco tempo, mas que tem uma experiência no Legislativo, nunca viu isso na Câmara Municipal! Eu nunca vi isso aqui, nem nos tempos da chamada ditadura. Às vezes a gente dizia que havia um espião aqui, na Galeria, mas no cafezinho...

Quando há votação de comissões, o patrulhamento liga para o secretário de Relações Institucionais e diz: “Está aqui o deputado A, deputado B, deputado C. O deputado D não veio, telefone para ele.” Que vergonha! A que ponto chegou o Parlamento. Que vergonha! A que ponto chegou aquele que se diz representante do povo! Governo democrático, republicano, transparente, coisa nenhuma. Um governo que não presta respeito aos seus parlamentares e que está acabando. Por que está acabando? Porque não esperava que tivéssemos uma Bancada tão numerosa.

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Para concluir, nobre colega.

**O Sr. HERALDO ROCHA:-** Vou concluir, deputado Edson Pimenta.

Sei que V.Ex<sup>a</sup> nunca será patrulhado, mas tem gente aqui que está sendo patrulhada. O governo não confia e quer mudar o Regimento, mudar as regras do jogo em pleno jogo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

**O SR. HERALDO ROCHA:-** Sr. Presidente, mais uma vez, aproveito a oportunidade da presença de V.Ex<sup>a</sup> na condução dos trabalhos desta Casa para fazer um apelo a V.Ex<sup>a</sup>, que tem tanto prestígio no governo. Peça ao Sr. Governador que deixe a sua Bancada votar de acordo com sua consciência e não permaneça aqui no cafezinho com funcionários fiscalizando a presença e como o deputado vota.

Triste Bahia, neste que é o governo da incompetência e, administrativamente, está perdido. Triste Bahia!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar o deputado Misael Neto.

**O Sr. MISAEL NETO:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, imprensa, senhores que acompanham esta sessão das Galerias, noite triste, hoje, aqui no Parlamento baiano. Hoje, de vez, o Parlamento baiano, esta Assembleia Legislativa se curva ao Poder Executivo.

Quero estar aqui, deputado Zé Neto, quando voltarmos a ser governo. Darei a V.Ex<sup>a</sup> um tratamento diferenciado.

Se as pesquisas se confirmarem, aquelas que colocam o ex-governador Paulo Souto à frente nos números ao governo do Estado e o atual governador com números quase que irrisórios para quem está utilizando a máquina pública no dia-a-dia, aparecendo diariamente na televisão com propaganda, como também nas rádios, deputado Waldenor Pereira, somente 30% querendo o governador Jaques Wagner, segundo os números de hoje, o restante, 70%, não o querem, e V.Ex<sup>a</sup>, quando vem

aqui, maltrata os parlamentares, que, em um futuro segundo turno, poderiam ficar ao lado de V.Ex<sup>a</sup>, dificultando muito mais a vida do governador, V.Ex<sup>a</sup>, deputado Waldenor Pereira, que tem uma história de luta na esquerda, luta pela democracia e que colocou o Partido dos Trabalhadores com o presidente Lula no governo federal e o governador Jaques Wagner, hoje, passa o rolo compressor por cima da Oposição.

Ninguém é governo a vida toda, deputado. O mundo dá muitas voltas. V.Ex<sup>a</sup>, agora, vai tapar o sol com a peneira. Para o momento, as alterações que V.Ex<sup>a</sup> faz agora no Regimento, irão sanar o problema. Não sabemos o dia de amanhã, não sabemos nem da legalidade desta sessão.

Quero fazer uma solicitação livre do meu Bloco, deputado Heraldo Rocha, que já providencie com a assessoria jurídica que faça já o levantamento de tudo o que aconteceu no início da sessão, desde o primeiro momento quando foi dada posse à deputada Maria Luiza Laudano, a quem admiro, mas nós possuímos um suplente na Mesa Diretora. Rasgou-se o Regimento. Como se retira um projeto de uma sessão irregular, deputado? Gostaria até de saber qual o horário regimental da Secretaria da Mesa, porque, num dia convencional, tenho certeza de que, às 22h, não há ninguém lá.

Chega, ao apagar das luzes, na calada da noite, um requerimento do governador retirando o pedido de urgência para tramitação de dois projetos. Não devem ser importantes, então não sei por que o governador solicitou a urgência deles! Talvez, para um governo inerte, que tem poucos projetos para a Bahia, instituir o Hino ao Dois de Julho como o Hino da Bahia seja urgência, e agora deixa de ser!

Por que hoje fico triste em fazer parte deste Parlamento, porque ele se curva diante do governador Jaques Wagner.

Mas momentos melhores virão, (...)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

**O Sr. MISAEL NETO:-** Concluindo, Sr. Presidente –, momentos de liberdade para a Assembleia Legislativa e os baianos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, o Líder do PTN, deputado João Carlos Bacelar.

**O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr<sup>as</sup>. Deputadas, vivemos hoje, aqui, um dia triste para o Parlamento, com excessos, deputado Gilberto Brito, de ambos os lados.

Mas isso, Sr. Presidente, infelizmente, tenho que reconhecer – e tenho autoridade para isso, porque várias vezes elogiei a administração de V.Ex<sup>a</sup> – que ocorre por culpa do presidente Marcelo Nilo, que tem trazido instabilidade a este Plenário e a esta Casa.

E vou citar aqui, até fora de ordem, algumas decisões e atitudes de V.Ex<sup>a</sup> que estão levando o Plenário a essa situação. A escolha do nome do substituto do deputado Fernando Torres pela Mesa, por exemplo, foi uma decisão que atropelou a

tudo e a todos os entendimentos. Antes disso, a inclusão de comissões para dar parecer sobre projetos que nada tinham a ver com a temática da comissão, somente para garantir a vitória do governo. Foi um atropelo a votação para a escolha do nome para conselheiro do Tribunal de Contas, assim como o corredor – recuando no tempo – que V.Ex<sup>a</sup> deixou ser armado neste Plenário para votação de vetos do governador e as constantes mudanças de entendimento, pois V.Ex<sup>a</sup>, uma hora, entende que o que vale é a Bancada eleita, depois, é a Bancada do dia em que tomou posse e, mais adiante, a bancada da conveniência do governo.

E hoje, Sr. Presidente, V.Ex<sup>a</sup> diz desconhecer o ato de filiação do deputado Emério Reseda ao PSDB, quando foi V.Ex<sup>a</sup> o anfitrião desse ato.

Este é o retrato da política e dos políticos brasileiros: levar vantagem, ser esperto, porque como é, deputado Yulo, que convido V.Ex<sup>a</sup> para o ato de filiação do deputado Heraldo Rocha ao PR e depois eu mesmo digo que não posso atestar que o deputado Heraldo Rocha está no PR. O deputado Marcelo Nilo foi o anfitrião da solenidade de filiação de Emério Resedá ao PDT, e hoje aqui negou, disse que não era do conhecimento dele. Então, a partir desse momento, deputado Marcelo Nilo, foi que a confusão se instalou no plenário. Volto a dizer, com excessos gravíssimos de ambos os lados, da Minoria e da Maioria, mas é porque a Minoria está ficando encurralada pelas constantes mudanças de entendimento da Mesa da Assembleia para satisfazer as vontades do governo. Tem Maioria, tem ampla e irrestrita maioria nesta Casa, para que isso?

Como a Assembleia Legislativa está sendo administrada com base no casuísmo, este que uma hora beneficia, outra prejudica, mudam os entendimentos, isso se reflete no plenário. Perdeu-se a confiança no presidente como árbitro, infelizmente. Uma legislatura que caminhava para ser uma legislatura modelo, uma legislatura de afirmação do Poder, caminha agora para virar a “Câmara de Vereadores de Odorico Paraguaçu do *Bem-Amado*”. Estamos caminhando para isso. Porque o que ouvi hoje, aqui, do presidente da Assembleia, que não sabia, que não é do seu conhecimento, que o deputado Emério Resedá hoje integra a Bancada do PDT, é querer burlar a opinião pública, a Justiça Eleitoral e as regras que presidem uma boa administração no Parlamento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, o deputado Clóvis Ferraz me informa que alguns deputados da Minoria pediram para suspender a sessão por 15 minutos para ver se chegamos a um acordo. Ele apenas está com boa vontade. Eu poderei suspender... O deputado Clóvis Ferraz é ex-presidente da Casa, um deputado sensato, que fez aqui um pedido para suspender a sessão por 15 minutos.

Deputado Clóvis, vou concluir esse requerimento de urgência dos auditores e suspenderei a sessão.

Com a palavra o deputado Leur Lomanto para encaminhar.

**O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é realmente muito triste os acontecimentos nesta noite de hoje no plenário da

Assembleia Legislativa.

Quero aqui dizer ao meu querido colega deputado Gilberto Brito, presidente da Comissão de Reforma do Regimento desta Casa, que amanhã também – eu que faço parte dessa comissão – irei encaminhar um ofício ao presidente Marcelo Nilo me desligando dessa comissão. Acho, inclusive, que essa comissão deve ser encerrada, porque não precisamos mais aqui, pelo que o governo demonstrou nesta noite de hoje, de uma Comissão de Reforma do Regimento, pois assim que o governo necessita de uma manobra, de um casuísmo óbvio, se faz a mudança que se acha necessária. É triste, é triste. Imagino a deputada Cleide, que hoje está aqui nos acompanhando, que tomou posse nesta semana no lugar do deputado Fernando Torres, meu caro deputado Gilberto Brito, o que ela deve estar achando do Parlamento baiano.

Quero deixar bem clara a minha conduta, deputado Javier, sempre nesta Casa, ponderado, debatendo o bom debate, mas discordo frontalmente de agressões verbais, de agressões físicas. Acho que não é dessa maneira que a população, o povo da Bahia, as pessoas que vêm aqui assistir às sessões nesta Casa, que nos colocaram neste Parlamento... Sei que muitas vezes os debates extrapolam, são muitas vezes calorosos, temas conflitantes, mas acho que tem que haver o bom senso, o coleguismo. E faço um apelo a todos os Srs. Deputados que procuremos manter o debate construtivo, o debate salutar, o debate saudável, o que com certeza irá engrandecer esta Casa.

Presidente Marcelo Nilo, que tristeza ao ver hoje ser rasgado o Regimento Interno desta Casa. Nenhuma das questões de ordem feitas pela Oposição – deputado Paulo Azi, deputado Arthur Maia, deputado Elmar, enfim, praticamente todos os deputados da Oposição –, nenhuma, todas embasadas no Regimento Interno, foi aceita por V.Ex<sup>a</sup>. Mas tenho a certeza de que a Oposição e o PMDB também assim irá procurar fazer, iremos entrar na Justiça para cobrar que o Regimento Interno desta Casa seja cumprido com relação à suplência da Mesa Diretora que, está claro no Regimento, pertence ao Partido Democratas que tem o seu suplente, deputado Eliedson.

Acho que se deve fazer uma reflexão para que arbitrariedades como essa não sejam repetidas neste Parlamento. E, aí, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer mais uma vez um apelo a V.Ex<sup>a</sup> que, acima de tudo e de todos, o Regimento desta Casa seja cumprido, o que não vem acontecendo nesta Casa Legislativa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, deputado Sandro Régis.

**O Sr. SANDRO RÉGIS:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da TV Assembleia, Galeria Paulo Jackson, infelizmente hoje, esta Casa mancha a sua história perante a sociedade baiana. O governo, mais uma vez, por sua falta de capacidade de diálogo, tenta massacrar as oposições da Assembleia Legislativa.

Imagine os senhores se esse governo não dissesse que era republicano. Governo para o qual, deputado João Carlos Bacelar, a Constituição e o Regimento desta Casa viraram revistinhas em quadrinhos. Hoje a Assembleia Legislativa, para atender aos interesses do governador Jaques Wagner, fecha as suas portas e tira toda a autonomia e capacidade de os deputados expressarem seus pensamentos. Se na época, deputado Clóvis Ferraz, em que era presidente V.Exa. cometesse uma arbitrariedade dessas, uma falta de respeito assim com a Bancada da Oposição, por muito menos os governistas só faltariam, deputado Heraldo Rocha, incendiar o nosso Regimento Interno.

Infelizmente nos métodos que essa Bancada sempre discutiu ela própria se aperfeiçoou. Até agora não existe na história deste Parlamento uma Bancada situacionista tão radical, tão ditatorial como a do governo Jaques Wagner! Mas já diziam os mais sábios: “Aqueles que não têm competência e argumento tentam fazer prevalecer a violência!” E esse é o atual retrato do governo Wagner, que não conseguiu discutir, arguir e convencer a Bancada oposicionista da legalidade da votação desse projeto. Não tendo essa legalidade, eles usaram da sua força, do seu poderio aqui na Casa.

Mas o mundo dá voltas, e o mesmo grupo que hoje é governo daqui a pouco tempo será Oposição. Aí, deputado Heraldo Rocha, irão experimentar do próprio veneno. Lamentavelmente, por vontades maiores, este Legislativo termina hoje o seu poder de independência. Hoje, para servir ao rei, a Assembleia - não importa Regimento, Constituição nem os deputados que nela representam as suas regiões, os seus segmentos - virou um mero carimbo, de acordo com as vontades do governador Jaques Wagner.

E mesmo que a Oposição tente corrigir a incompetência e a falta de habilidade deste governo, a Situação, se tiver de rasgar o Regimento, a Constituição, não tenha dúvida, deputado Heraldo Rocha, fará este Poder, agora um Parlamento meramente dos Srs. Deputados governistas, atender ao governador!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, o último orador inscrito, o Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. WALDENOR PEREIRA:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, servidores presentes às Galerias Paulo Jackson, a eleição do nosso governador Jaques Wagner representou o limiar de um novo tempo para a Bahia, um novo tempo de liberdade, de democracia, de transparência e de participação popular.

Da mesma forma, Sr. Presidente, a eleição de V.Ex<sup>a</sup> para presidir esta Casa Legislativa permitiu a este Parlamento a possibilidade de voltar a falar, pois ao longo dos anos, mais precisamente 16 anos, este Parlamento se manteve silente, silencioso.

A eleição do governador Jaques Wagner e de V.Ex<sup>a</sup> permitiu a esta Casa voltar a debater os grandes temas, os grandes problemas que afligem o povo da Bahia. Nunca na história recente este Parlamento possibilitou o debate, a discussão, a

participação dos movimentos sociais, dos movimentos populares, nunca, como neste período legislativo, esta Casa Legislativa pôde acolher tantas emendas de parlamentares, inclusive da Oposição, nunca este Parlamento pôde acolher recomendações, sugestões, críticas do movimento organizado da sociedade baiana.

Portanto, compreendemos a inquietação, o comportamento às vezes até inadequado da Oposição como de alguns membros que se comportaram inadequadamente na noite de hoje, porque entendemos que o princípio fundamental da política é a correlação de forças. Quero agradecer à nossa Bancada por estar aqui presente, unida, firme e decidida, para votar os projetos de interesse desta Casa Legislativa e do nosso governo.

Nesse sentido, quero chamar a atenção de todos de forma ponderada para dizer que todas as questões de ordem apresentadas pela Oposição foram respondidas pelo Sr. Presidente e contestadas pela Bancada do governo com base no Regimento Interno desta Casa e com base na Constituição do Estado.

Dito isso, Sr. Presidente, quero encaminhar favoravelmente à aprovação desse requerimento de urgência que trata do projeto de lei de iniciativa da Mesa Diretora que dispõe sobre os subsídios do governador, vice-governador, secretários de Estado e dá outras providências.

Quero inclusive parabenizar a Mesa Diretora pela decisão que tomou de manter os salários do Sr. Governador, vice-governador e secretários de Estado, uma decisão sábia, inteligente, compatível com a situação de crise financeira que se abateu sobre todas as nações e que repercutiu fortemente no Brasil e na Bahia. Quero conclamar o Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha, se houver concordância dos demais Líderes dos Blocos Independentes, que não só votemos o requerimento de urgência, mas possamos votar ainda hoje, ainda nesta noite, se assim for a decisão e o entendimento, especialmente da Liderança da Minoria, em relação a esse projeto de lei que beneficia aproximadamente 800 servidores, muitos aqui presentes, auditores, agentes de tributos, oficiais da Polícia Militar e outros servidores públicos que compõem a estrutura organizacional do nosso governo.

Por isso, não só encaminho nossa Bancada a votar favoravelmente ao requerimento de urgência, mas conclamo, convido os Líderes partidários para que ainda na noite de hoje possamos, por acordo de Lideranças, dispensando todas as formalidades, votar esse projeto de lei de iniciativa da Mesa Diretora que mantém os salários do governador, vice-governador e secretários neste exercício fiscal e financeiro e que permite, com retroatividade a 1º de agosto, a recuperação salarial de muitos servidores que tanto têm servido ao desenvolvimento do nosso Estado.

Este é o nosso apelo. Conclamamos, portanto, os líderes partidários que possam através do entendimento da dispensa de formalidades votarmos ainda hoje, se eles assim concordarem, porque essa é a nossa vontade de aprovar este projeto que benefícios traz a um número significativo de servidores qualificados que têm ajudado o nosso governo e ao desenvolvimento do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação...

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, gostaríamos de solicitar de V.Ex<sup>a</sup> uma verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Agradeço, V.Ex<sup>a</sup> será atendido.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, tendo em vista a iniciativa do líder da Minoria que solicita uma verificação de quórum de votação e que são necessários 32 Srs. Parlamentares, queria convidar, conclamar a todos os deputados e deputadas da Bancada do Governo para se deslocarem imediatamente até o Plenário desta Casa Legislativa, pois há uma solicitação de verificação de quórum de votação. Solicito a V.Ex<sup>a</sup> que faça soar as campainhas, convidando todos os parlamentares que se encontram nas diferentes dependências desta Casa para se deslocarem imediatamente para que possamos votar o requerimento de urgência e se as lideranças concordarem ainda votarmos no dia de hoje por acordo, por dispensa de formalidades, este projeto que estabelece os subsídios do governador, vice-governador e secretários e o subteto para a orientação dos salários de servidores de diferentes categorias do serviço público baiano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, que estão no cafezinho, que estão no Salão Nobre, que estão em outros gabinetes, que venham para o Plenário, quórum de votação.

(O Sr. Presidente aciona as campainhas.)

Zere o painel. Marque 25 minutos. Srs. Deputados que queiram votar, marquem as presenças.

O Sr. Javier Alfaya:- Questão de ordem.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Javier Alfaya.

O Sr. Javier Alfaya:- Sr. Presidente, tenho 22 anos de mandatos ininterruptos, comecei como vereador nesta capital e tive quatro mandatos, estou no segundo mandato de deputado estadual, tive um pequeno mandato de 30 dias como deputado federal, substituindo o governador Wagner que foi convocado no primeiro governo Lula para ser ministro, era um dos suplentes juntamente com o deputado Paulo Rangel. Subimos eu e o deputado Paulo Rangel durante o primeiro mês do governo Lula, substituindo Jaques Wagner e Waldir Pires.

Durante esses 22 anos de atividade em plenários parlamentares sempre primei pela intervenção qualificada e sempre me preparei para debater os temas que estavam

em pauta, inclusive não tenho falado muito nessas últimas sessões, porque muitas vezes falar facilita postergar grandes e importantes votações como essa que estamos a beira de fazer que envolve nossos queridos amigos e amigas servidores funcionários da secretaria da fazenda e aqueles companheiros que estão esperando ser convocados, já que foram aprovados em concurso realizado algum tempo atrás para a secretaria da segurança pública na condição de escrivães, de agentes e outros tantos de delegados.

Eu, portanto, tenho esta marca, acho que nenhum episódio de agressão verbal vai desfazer isso que já está bastante incorporado na minha biografia, na imagem pública, talvez, que eu tenha em relação a minha atividade como militante. Eu antes de tudo sou um militante, deputado Marcelo Nilo, não sou um deputado, sou um militante do Partido Comunista do Brasil...

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Questão de ordem.

O Sr. Javier Alfaya:- (...) lutei contra a ditadura militar, diferentemente de alguns que se encontram neste Plenário que foram base da ditadura militar, bajuladores da ditadura militar, construtores na Bahia da ditadura militar.

Comecei a minha militância em 75 quando engressei na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia e entrei imediatamente na luta tendo participado da greve contra o jubramento que se deu naquele ano. E, daí em diante, participei de todas as lutas que houve na Universidade Federal da Bahia, o que me levou, inclusive, a ser um dos responsáveis pela reconstrução da UNE que neste ano de 2009 faz 30 anos de reconstruída na querida cidade de Salvador, em 1979. Fui presidente da UNE, depois candidato a deputado estadual, em 86, na chapa de Waldir Pires, fiquei numa das suplências. Fui funcionário desta Casa. Trabalhei aqui 1 ano e 8 meses como diretor da assessoria parlamentar da Assembleia Legislativa entre 87 e 88. Era presidente desta Casa o deputado Coriolano Sales. Fui colega de muitos companheiros que estão hoje na Taquigrafia. A companheira Rita que nos serve café ali fora era minha colega, eu era funcionário da Casa. Depois, fui eleito vereador em 88 e seguiu na sequência de eleições e de vitória, felizmente, das eleições que participei.

Quero dizer, deputado, que já enfrentei muita turbulência em Plenário, inclusive muita agressão verbal, arbitrariedades etc. Hoje se repetiu isso. Não pretendo aqui ficar rebatendo aqueles que me fizeram certas agressões verbais. Acredito que foi uma atitude tão baixa que não deve merecer da minha parte mais nenhum gasto de energia com esse tipo de intervenção de baixo nível e que rebaixa também o nosso Parlamento. A mim não rebaixa porque não me atingiu, tampouco atingiu o partido. Acredito que afeta a imagem desta Casa.

Alguns disseram que tinha que acabar com a Comissão de Reforma do Regimento. Parece-me que cometemos um erro no início desta legislatura, devíamos ter votado isso bem no começo da legislatura para acabar, inclusive, com as dubiedades que o Regimento tem e com esse excesso de interpretações que temos visto aqui por parte de inúmeros parlamentares. Gastamos o dia inteiro interpretando de maneira completamente delirante o Regimento que deveria ser uma norma clara, transparente e eficiente para nortear os trabalhos parlamentares.

O Sr. PRESIDENTE ( Marcelo Nilo ):- Pois não.

O Sr. Javier Alfaya:- Então, eu quero apoiar V.Ex<sup>a</sup>. Para encerrar, no que diz respeito a efetivação da Comissão de Reforma do Regimento, que levemos adiante essa tarefa importantíssima para que evitemos esse tipo de dificuldade e que votemos as matérias que estão em pauta e as próximas que virão, que esta Casa vote projetos de deputados e deputadas, para que o povo da Bahia...

O Sr. PRESIDENTE ( Marcelo Nilo ):- Pois não, deputado.

O Sr. Javier Alfaya:- (...) eleve a sua confiança na sua Assembleia Legislativa que é uma das metas que todos nós temos, e o compromisso real com a democracia devemos sempre sustentar.

Muito obrigado, deputado Marcelo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado.

Deputado Heraldo, como recomenda a sua Bancada?

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, considerando a inconstitucionalidade, a ilegalidade de todo esse ato que condenamos, não poderíamos votar a favor nem contra. Preferimos nos abster.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

Como recomenda à sua Bancada, deputado Leur Lomanto?

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, da mesma forma que o deputado Heraldo, compreendendo a inconstitucionalidade desse projeto, recomendo a minha Bancada se abster.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Waldenor, como V.Ex<sup>a</sup> recomenda a sua Bancada votar? Sim, não ou abstenção?

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, recomendamos anteriormente votar favoravelmente a este projeto de interesse de tantos servidores do Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estamos votando a urgência apenas. Vamos votar na próxima terça-feira o projeto.

Como recomenda V.Ex<sup>a</sup>, deputado Pedro, à sua Bancada?

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, peço neste momento o voto favorável. Recomendo votar sim. E liderando a Bancada, fica a critério de cada Sr. Deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

Em votação. Os deputados que queiram a aprovação...

O Sr. Elmar Nascimento:- Quem é o Líder do Bloco Independente?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não sei, está sem Líder. O vice-Líder sumiu. Quem é o vice-Líder do Bloco? Emério não está presente, então está sem vice-Líder, sendo assim não posso pedir recomendação. A deputada Maria Luiza Laudano era a vice-Líder, está fazendo Mesa, o Bloco está provisoriamente sem Líder, não é obrigado a tê-lo. Emério Resedá, que é o Líder, não está presente. Quantas vezes o PR estava sem Líder aqui.

Srs. Deputados, por favor, votem. Quem quer a aprovação do regime de urgência vote sim. O voto é aberto. Os Líderes Waldenor e Pedro Alcântara recomendam sim; os Líderes Heraldo Rocha e Leur Lomanto Júnior se abstêm. O Líder do outro Bloco é o deputado Emério, só que ele não está presente. (Pausa)

Faltam votar os deputados Adolfo Menezes, Angelo Coronel, Cleide Vieira. Já a orientaram, deputada? V.Ex<sup>a</sup> já tem o código? Salvo engano, a senhora não votou. Ainda não votaram os deputados Fábio Santana, Ferreira Ottomar, Joélcio, Luciano Simões, Paulo Rangel, Sérgio Passos e Virgínia Hagge.

Parabéns, deputada Cleide! Salvo engano, é o seu primeiro voto aqui.

Encerrada a votação. Resultado: sim, 32; abstenção, 17; não, 1. Portanto, aprovada a urgência.

Atendendo o pedido de alguns deputados da Oposição, vou suspender a sessão por 15 minutos, impreterivelmente.

Está suspensa a sessão por 15 minutos. Retomaremos os trabalhos aos 54 minutos deste dia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, vou reabrir a sessão e suspendê-la por 5 minutos. Eu gostaria de pedir ao deputado Sandro Régis que informasse aos deputados sobre o tempo para que eles deem mais 5 minutos, pois os deputados estão ansiosos aqui. Eu vou suspender a sessão por mais 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Reabrindo os trabalhos, vou redigir, aqui, o acordo feito por V.Ex<sup>as</sup>, os Líderes partidários, à unanimidade, que, portanto, passa a ter validade.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça, vou ler a emenda do Relator. Vou ler o parecer do Sr. Relator, que acrescenta ao projeto de resolução de nº 1.984/2009 um artigo que terá a seguinte redação...

(Um deputado fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

Eu gostaria de que a televisão acompanhasse.

Lerei o parecer do Sr. Relator.

Ele acrescenta ao projeto de resolução de nº 1.984/2009 um artigo que terá a seguinte redação:

(Lê) “Art. 40...

§ 1º - *As decisões da Mesa Diretora serão tomadas por maioria dos votos, presentes mais da metade de seus membros, cabendo recurso ao Plenário, através de requerimento firmado pela maioria absoluta dos Parlamentares da Assembleia.*

Art. 41 - ...

*XVIII – declarar rejeitado o projeto de lei, resolução ou decreto legislativo que tiver recebido, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as comissões que o apreciaram,...”*

A partir daí, acrescenta-se o seguinte:

(Lê) “(...) salvo recurso ao Plenário, através de requerimento firmado pela maioria absoluta dos Deputados e encaminhado ao Presidente da Assembleia no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da decisão da última Comissão, para que este designe Relator, que emitirá parecer único para todas as Comissões, submetendo-o à deliberação do Plenário.”

É este o acordo.

Quero registrar que, pelo acordo, se, porventura, alguns deputados mudarem de

partido a partir de amanhã...

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Arthur Oliveira Maia.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Bem, da leitura de V.Ex<sup>a</sup>, infelizmente, eu e o deputado Clóvis Ferraz temos uma dúvida. Eu peço que leia...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Relerei o art. 40.

(Lê) “Art. 40...

*§ 1º - As decisões da Mesa Diretora serão tomadas por maioria dos votos, presentes mais da metade de seus membros, cabendo recurso ao Plenário, através de requerimento firmado pela maioria absoluta dos Parlamentares da Assembleia.*

*Art. 41 - ...*

*XVIII - declarar rejeitado o projeto de lei, resolução ou decreto legislativo que tiver recebido, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as comissões que o apreciaram,... ”*

A partir daí, acrescenta-se o seguinte:

(Lê) “(...) salvo recurso ao Plenário, através de requerimento firmado pela maioria absoluta dos Deputados e encaminhado ao Presidente da Assembleia no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da decisão da última Comissão, para que este designe Relator, que emitirá parecer único para todas as Comissões, submetendo-o à deliberação do Plenário.”

Pronto. Caso algum deputado mude de partido, nós zeraremos, caso seja necessário, a partir de quarta-feira, após a votação desse projeto.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Arthur Oliveira Maia.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- O que V.Ex<sup>a</sup> leu foi o acordo feito agora, também com uma ressalva: não será votado nenhum outro projeto de resolução caso haja alguma modificação nos Blocos. Ou seja, se até terça-feira, que é a data da votação desse projeto, acontecer alguma modificação, algum partido sair de um bloco, etc, V.Ex<sup>a</sup> fica autorizado pela coletividade da Casa a não proceder à recomposição das comissões.

Entretanto, imediatamente após a votação desse projeto, caso haja alguma modificação, V.Ex<sup>a</sup>, imediatamente, fará a modificação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pode ter certeza.

O Sr. Arthur Oliveira Maia:- Perfeitamente

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou repetir aqui o que o deputado Arthur Maia propôs. Depois de terça-feira, toda vez que houver modificação nos Blocos, fruto de mudança de partido, nós zeraremos. Agora, caso alguns deputados mudem de partido, ou comuniquem que mudaram – é o termo mais certo – até terça-feira, nós não zeraremos, para que possamos votar esse projeto. Pronto.

A Oposição não tem a obrigação do quórum nem do voto.

Concorda, deputado Heraldo Rocha?

Por favor, fale ao microfone para que eu ouça sua voz.

O Sr. Heraldo Rocha:- Concordo, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, a Oposição também gostaria de ouvir de V.Ex<sup>a</sup> se V.Ex<sup>a</sup> assume o compromisso público de não aceitar mais qualquer alteração no Regimento sem que haja a unanimidade deste Parlamento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não posso, eu não posso aceitar uma proposta dessas.

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex<sup>a</sup> nos disse na nossa conversa...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como eu posso garantir um negócio desses que não depende de mim? Veja bem, deputado Paulo Azi, eu estou falando aqui que é óbvio...

O Sr. Paulo Azi:- V.Ex<sup>a</sup> vai votar na Mesa, Sr. Presidente? Se V.Ex<sup>a</sup> não concordar, não aprova. Eu quero só a palavra de V.Ex<sup>a</sup>.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como eu posso assumir um compromisso desses?

O Sr. Paulo Azi:- Porque se, amanhã, o governo tiver 21 e quiser passar a aprovar com 21...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu garanto a V.Ex<sup>a</sup> que, este ano, se o deputado Waldenor concordar... Como é que eu posso garantir alguma coisa que não depende de mim, deputado? Se vier na reforma do Regimento...

O Sr. Paulo Azi:- Pois é, mas, aí, houve acordo, Sr. Presidente. Se houver acordo entre os partidos, se houver alteração, nós votamos. O que a Oposição não quer é ser, mais uma vez, emprenhada. É esse compromisso que queremos de V.Ex<sup>a</sup>.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria que V.Ex<sup>a</sup> retirasse a palavra emprenhada, porque é uma palavra... Aí, se o deputado Waldenor concordar, pra mim não tem problema nenhum. Este ano, eu acho que é possível, para o outro ano, eu não sei, como é que eu posso falar? O deputado Waldenor aceita este ano.

O Sr. Paulo Azi:- Eu estou apenas querendo tornar pública uma das questões que V.Ex<sup>a</sup> nos colocou, que V.Ex<sup>a</sup> assumiria com a Oposição esse compromisso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concordo com V.Ex<sup>a</sup> de não mudar este ano, agora, para o outro ano, deputado, pelo amor de Deus, eu não sei nem como é que vão ficar as comissões. Eu não vou assumir um compromisso que eu não posso cumprir.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, nós acabamos de fazer um acordo com a representação dos deputados Arthur Maia e Clóvis Ferraz, tenho certeza de que delegados que foram pelo conjunto da Oposição para esse entendimento, e quero dizer respeitosamente ao deputado Paulo Azi que não incluía essa proposição, até porque qualquer parlamentar, Sr. Presidente, desta Casa Legislativa, pode apresentar uma proposição de alteração, que, regimentalmente, V.Ex<sup>a</sup> terá de acatar, acolher e

colocar em tramitação.

Por isso, eu queria ponderar ao deputado Paulo Azi, por tratar-se de uma iniciativa difícil de ser acolhida por V.Ex<sup>a</sup>, porque qualquer parlamentar da Casa, do ponto de vista regimental, pode apresentar um projeto de resolução e ser acatado ou não, apreciado ou não, em função do que estabelece o Regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Veja bem, esse projeto, se o Plenário decidir, os 32, o presidente da Assembleia é favorável, falei com muita clareza. Eu acho que quem deve decidir, em qualquer Parlamento do mundo, é a maioria absoluta. Eu quero dizer ao deputado Paulo Azi que eu não tenho poder, se o deputado apresentar, como é que eu vou fazer? Veja bem, eu posso até garantir, de público, a V.Ex<sup>a</sup>, que modificações no Regimento não terão o meu apoio. Agora, eu não posso garantir, se chegarem aqui 21 assinaturas? Garanto que meu voto na Mesa terá. Não tem problema, tem a comissão do Regimento que decide, não tem problema.

Modificação no Regimento meu voto não terá, isso eu garanto. Agora, se 21 deputados vierem pra cá com a comissão da Mesa, com comissão do Regimento, eu voto contra, mas os 22 podem até recorrer da decisão do Plenário. É isso que estou tentando dizer. Eu não posso assumir compromisso que eu não possa cumprir. Eu garanto a V.Ex<sup>a</sup> que eu, Marcelo Nilo, só voto se empatar, não votarei e não darei apoio. Agora, se 32 trouxerem assinaturas, eu não posso.

Vou repetir o acordo: a Oposição não terá a obrigação do quórum, e determino à Secretaria das Comissões que publique, amanhã ou quinta-feira, incluindo a Comissão Especial do Regimento, também para ser votado na terça-feira nesse projeto, por acordo de Líderes.

Vou repetir para ficar muito claro: (Lê): *“Art. 40, § 1º – As decisões da Mesa Diretora serão tomadas por maioria dos votos, presentes mais da metade de seus membros, cabendo recurso ao Plenário através de requerimento firmado pela maioria absoluta dos Parlamentares da Assembleia.*

*Art. 41 – Ao presidente da Assembleia compete, além de outras atribuições previstas na Constituição do Estado e neste Regimento:*

*XVIII – declarar rejeitado os Projetos de Lei, Resoluções ou Decretos Legislativos que tiverem recebido, quanto ao mérito, parecer contrário de todas as comissões que os apreciaram, salvo recurso ao Plenário através de requerimento firmado pela maioria absoluta dos deputados e encaminhado ao Presidente da Assembleia no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir da decisão da última comissão, para que este designe Relator, que emitirá parecer único para todas as comissões, submetendo-o à deliberação do Plenário.”*

Caso haja alguma modificação de deputado até terça-feira, só zeraremos... depois da votação desse projeto. A Oposição não tem obrigação nem no quórum nem no voto.

Deputado Heraldo Rocha, quero ouvir sua palavra: V.Ex<sup>a</sup> concorda? Diga ao microfone, para ficar gravado, meu querido!

O Sr. Heraldo Rocha:- Concordo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Leur Lomanto Júnior, pela Liderança do PMDB.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Concordo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só os dois Blocos. Há outro Bloco? Deputado do PR concorda, deputado Waldenor concorda...

Se algum deputado de qualquer Partido não concordar, a Presidência não aceitará!

Fechado o acordo, está bem?

Gostaria de parabenizar os Srs. Líderes Partidários, todos os Srs. Deputados, especialmente os deputado Waldenor, Pedro Alcântara, Heraldo Rocha, Leur Lomanto, pelo acordo de Líderes.

Parabéns! Estamos satisfeitos!

Está encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*